



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

**EDITAL N. 021/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2025.**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA - UASG 925006  
PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0021130-79.2024.8.22.8000  
MENOR PREÇO**

PREGÃO ELETRÔNICO N. 021/2025				
Encerramento do recebimento de propostas e abertura da sessão pública: <b>08/04/2025, às 09:00h (horário de Brasília), no sítio</b> <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>			Limite para esclarecimentos e impugnações ao Edital: <b>02/04/2025.</b>	
<b>Objeto:</b>				
Registro de Preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços continuados de locação de veículos por demanda diária e mensal permanente, com seguro total, manutenções, lavagem, sem combustível, sem motorista e quilometragem livre, para atender o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme as disposições deste Edital e seus Anexos.				
<b>Valor Total Estimado:</b>				
R\$ 1.032.710,20 (um milhão, trinta e dois mil setecentos e dez reais e vinte centavos).				
<b>Registro de Preços?</b>	<b>Vistoria</b>	<b>Modo de disputa</b>	<b>Intervalo mínimo de entre lances</b>	
(x) sim ( ) não	( ) Facultativa (x) Não necessária	(x) Aberto ( ) Aberto e Fechado ( ) Fechado e Aberto	(x) R\$ 0,01 ( ) R\$ _____	
<b>Licitação Exclusiva ME/EPP?</b>	<b>Reserva ME/EPP?</b>	<b>Cota Ampla Concorrência?</b>	<b>Prioridade ME/EPP local ou regional?</b>	<b>Exige amostra/demonstração?</b>
( ) sim (x) não	( ) sim (x) não	(x) sim ( ) não	( ) sim (x) não	( ) sim (x) não
<b>Telefone para contato:</b>		<b>e-mail para contato:</b>		
(69) 3309-6652		licitacoes@tjro.jus.br		
<b>Observações Gerais:</b>				
<p>- Tendo em vista a ausência de descrições idênticas de alguns itens, por ocasião do cadastramento junto ao Sistema de Compras do Governo Federal (CATMAT), os mesmos foram cadastrados com descritivos similares, todavia, para cadastramento da proposta, deve-se observar e atender aos descritivos constantes no <b>ANEXO IV</b> - Termo de Referência e <b>ANEXO I</b> - Modelo de apresentação de proposta detalhada após o encerramento dos lances.</p> <p>- Após a fase de lances as licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço atualizado e os documentos de habilitação exigidos no Edital, quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a).</p> <p>- Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados serão encaminhados pela licitante, quando convocada pelo(a) Pregoeiro(a).</p>				

**1. PREÂMBULO**

1.1. O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (TJRO), doravante denominado Tribunal, TORNA PÚBLICA A ABERTURA DE LICITAÇÃO na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, tipo menor preço, execução indireta, sob o regime de empreitada por **PREÇO UNITÁRIO** tendo por finalidade a qualificação de **EMPRESAS** e a seleção de propostas, sendo regida pela Lei Federal n. 14.133/2021, pela Lei Complementar n. 123/2006 e com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011 e do Decreto Federal n. 11.462/2023, suas respectivas alterações e demais legislações pertinentes, segundo as condições e especificações deste Edital e seus Anexos.

**1.2. DO OBJETO**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) - [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br)

**1.2.1. Registro de Preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços continuados de locação de veículos por demanda diária e mensal permanente, com seguro total, manutenções, lavagem, sem combustível, sem motorista e quilometragem livre, para atender o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme as disposições deste Edital e seus Anexos.**

1.2.2. A existência de preços registrados **não obriga** este Tribunal a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### **1.3. DA SESSÃO DE DISPUTA**

**SESSÃO PÚBLICA DA DISPUTA: 09:00h do dia 08/04/2025 (horário de Brasília)**

ENDEREÇO ELETRÔNICO: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)

### **2. DA AUTORIZAÇÃO**

2.1. A realização desta licitação encontra-se devidamente autorizada pelo Ordenador de Despesas deste Tribunal, conforme Processo Administrativo n. 0021130-79.2024.8.22.8000.

### **3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

3.1. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- a) que se enquadrem nas vedações previstas no art. 14 da Lei n. 14.133/2021; e
- b) que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei n. 14.133/2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar n. 123/2006](#) e do Decreto n. 8.538/2015.

3.3. Somente para as licitantes cadastradas como microempresa ou empresa de pequeno porte:

- a) que não ultrapassou os limites de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 a 49 da referida Lei Complementar;
- b) nos itens exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame; e
- c) nos itens não exclusivos, a manifestação no campo “não” apenas produzirá o efeito se a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo sendo qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte.

### **4. DO VALOR ESTIMADO**

4.1. A despesa com a execução do objeto desta licitação é estimada em **R\$ 1.032.710,20 (um milhão, trinta e dois mil setecentos e dez reais e vinte centavos).**

### **5. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO**

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral do SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

5.3. A licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.4. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. A licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### **6. DO PROCEDIMENTO DESTA PREGÃO ELETRÔNICO**

**6.1. Do envio da proposta pelo sistema eletrônico**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

6.1.1. A licitante credenciada interessada em participar deste Pregão Eletrônico deverá enviar sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo considerada inválida a proposta apresentada por meio diverso.

6.1.2. Após acessar o sistema, o representante credenciado inserirá sua proposta inicial informando o **valor unitário** e o **valor total** proposto para cada item ofertado, em moeda nacional, com DUAS casas decimais, sem pontos e com vírgulas, para o objeto deste Edital até a data e horário previstos em seu Preâmbulo e, ainda, em campo próprio do sistema manifestar-se sobre todas as declarações exigidas.

6.1.2.1. É vedada a cotação parcial de itens ou de quantidade inferior à demandada nesta licitação.

6.1.3. Todas as despesas necessárias à perfeita execução do contrato (custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte em veículos apropriados, seguros, embalagens, quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados...) devem estar incluídas nos preços cotados.

6.1.4. O prazo de validade da proposta será de 90 (noventa) dias corridos, a contar da data marcada para a abertura das propostas, podendo a licitante ofertar prazo superior, declarando-o expressamente no campo Descrição Complementar.

6.1.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou ao direito de preferência sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

6.1.6. A licitante terá oportunidade de rever as condições de sua proposta, cancelando-a e enviando nova proposta, desde que não tenha encerrado o período de tempo previsto para o seu encaminhamento. Uma vez abertas as propostas, o sistema não permitirá a retirada, alteração e/ou encaminhamento de nova proposta. Após a abertura das propostas, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

6.1.7. **No caso de haver divergência entre a descrição do código do serviço no aviso do COMPRAS.GOV.BR e o disposto nos Anexos deste Edital (Especificações), a licitante deverá obedecer ao que está disposto nestes Anexos.**

**6.2. Da abertura e do critério de julgamento da proposta**

6.2.1. Na data e horário previstos no Preâmbulo deste Edital serão abertas as propostas, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar sua aceitabilidade, verificando a sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.2.2. O(A) Pregoeiro(a) efetuará o julgamento das propostas pelo critério **MENOR PREÇO**, observados os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

6.2.3. **Será desclassificada** a proposta elaborada em desacordo com os termos deste Edital, que se oponha a qualquer dispositivo legal vigente ou que: contenha vícios insanáveis; não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital; apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para o item; não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável.

6.2.3.1. É indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor máximo estimado para o item.

6.2.3.1.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o subitem 6.2.3.1 deste Edital, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

- a) que o custo da licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.2.4. O critério de aceitabilidade dos preços propostos será o da compatibilidade com os preços de mercado.

6.2.5. Para divergência entre valores unitários e os totais, prevalecerão os primeiros. Em caso de divergência entre os algarismos do preço e seu valor por extenso, será considerado este último.

6.2.6. No julgamento das propostas e dos documentos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, sempre assegurada a todas as licitantes paridade de tratamento neste aspecto.

**6.3. Da fase de disputa e da formulação de lance**

6.3.1. Classificadas as propostas, na data e horário previstos no Preâmbulo deste Edital, o(a) Pregoeiro(a) dará início à fase de disputa da sessão pública. Todas as propostas classificadas serão consideradas lances na fase de disputa e ordenadas por valor.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) - [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br)

- 6.3.2. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) Pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de disputa.
- 6.3.3. Para participar da fase de disputa, as licitantes deverão acessar o site [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), opção Fornecedor > Acesso ao sistema > Fornecedor Brasileiro/Estrangeiro > Login e Senha.
- 6.3.4. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão formular lances sucessivos de menor valor, sendo informadas, imediatamente, sobre o seu recebimento com a indicação do respectivo horário e valor. Caso não se realizem lances, será verificada a conformidade da proposta de menor preço.
- 6.3.4.1. Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados em ordem crescente.
- 6.3.5. A licitante poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado pelo sistema, desde que seja inferior ao seu último lance ofertado. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 6.3.6. Durante o transcurso da fase de disputa, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará a autora do lance.
- 6.3.7. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 6.3.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.3.8.1. A etapa de envio de lances durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração desta etapa.
- 6.3.8.2. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 6.3.8.1 deste Edital, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 6.3.8.3. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos subitens 6.3.8.1 e 6.3.8.2 deste Edital, a etapa será encerrada automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no subitem 6.3.4.1 deste Edital.
- 6.3.8.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5%, o(a) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos neste Edital, para a definição das demais colocações.
- 6.3.8.5. Após o reinício previsto no subitem 6.3.8.4 deste Edital as licitantes serão convocadas para apresentarem lances intermediários.
- 6.3.8.6. Encerrada a etapa de que trata o subitem 6.3.8.5 deste Edital, o sistema ordenará e divulgará os lances conforme disposto no subitem 6.3.4.1 deste Edital.
- 6.3.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.3.10. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.3.11. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 6.3.12. A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.3.13. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante.
- 6.3.14. Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.3.15. Em caso de empate entre duas ou mais propostas iniciais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021.
- 6.3.16. Encerrada a etapa de lances, ocorrendo a situação denominada empate ficto, prevista no art. 44, § 2º, da Lei Complementar n. 123/2006, o Sistema Eletrônico se encarregará automaticamente de assegurar o exercício dos direitos inerentes à preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, na forma regulamentada pelo art. 45 do mesmo Estatuto.
- 6.3.16.1. **Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% superiores à proposta mais bem classificada, desde que esta também não se enquadre nessas categorias.**
- 6.3.16.2. Nos termos do art. 44 da Lei Complementar n. 123/2006, é assegurado, como critério de **desempate**, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 6.3.17. Encerrado o tempo normal de disputa, o sistema identificará automaticamente a existência da situação de empate na sala de disputa, informando o nome da licitante. Em seguida, o(a) Pregoeiro(a) convocará a licitante que se encontre em situação de empate para, **no prazo de 5 (cinco) minutos**, sob pena de preclusão, ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado para o item/grupo.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

6.3.18. Não havendo manifestação da licitante convocada para registrar novo lance, o sistema verificará se há outra em situação de empate, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma licitante em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao(à) Pregoeiro(a) dar encerramento à disputa do item/grupo.

6.3.19. Após o encerramento da fase de disputa da sessão pública, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.3.20. Após o encerramento da fase de disputa da sessão pública, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada. Para tanto, deverá se manifestar quando da convocação pelo(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema eletrônico. A apresentação dessas novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

6.3.21. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

6.3.22. Quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimado para o item, a negociação poderá ser feita com às demais licitantes classificadas, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação estabelecida no subitem 6.3.4.1 deste Edital, ou, em caso de propostas intermediárias empatadas, serão utilizados os critérios de desempate definidos no subitem 6.3.15 deste Edital.

6.3.23. Concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata da sessão pública, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3.24. Observado o prazo de que trata o subitem 6.5.1 deste Edital, o(a) Pregoeiro(a), deverá solicitar, no sistema, o envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação.

6.3.25. Todas as informações relativas à sessão pública deste Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

6.3.26. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.3.27. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.3.28. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) de data diversa.

**6.4. Dos benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte**

6.4.1. Nos termos do art. 44 da Lei Complementar n. 123/2006, é assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

**6.5. Da proposta detalhada e da habilitação**

6.5.1. A **PROPOSTA DETALHADA** (modelo constante no **ANEXO I** deste Edital), **atualizada em conformidade com o menor lance eventualmente ofertado**, deverá ser encaminhada, pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado do momento da convocação pelo(a) Pregoeiro(a), em campo próprio do sistema eletrônico, e deverá conter:

- a) Razão social da proponente, endereço, CNPJ, número da conta corrente, agência e respectivo banco, fone fixo/celular e endereço eletrônico (e-mail);
- b) Descrição detalhada do objeto ofertado, incluindo prazo de validade/garantia caso haja, em conformidade com as características exigidas no Termo de Referência, **ANEXO IV** deste Edital; e
- c) Valor unitário e valor total de cada item.

6.5.1.1. No prazo previsto no subitem 6.5.1 deste Edital, a prorrogação poderá ocorrer nas seguintes situações:

- a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a); ou
- b) de ofício, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos neste Edital.

6.5.2. A **HABILITAÇÃO** consistirá em:



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

- a) regularidade perante a Fazenda federal, estadual do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente e municipal, na forma da lei;
- b) regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- c) regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- d) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante;
- e) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, conforme Parecer de Orientação n. 4/2023-DICONT/DFC/SOF/TJ/RO, comprovação de índices relativos à boa situação financeira da empresa (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) iguais ou maiores que 1 (um). Caso qualquer dos índices esteja inferior a 1 (um), será verificada a comprovação de Patrimônio Líquido não inferior a 10% do valor estimado da contratação; e
- f) Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que já executou diretamente locação de veículos com ou sem motorista.
- 6.5.2.1. Os documentos exigidos nas alíneas "a", "b", "c" e "d" do subitem 6.5.2 deste Edital serão verificados, pelo(a) Pregoeiro(a), em consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e/ou em sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões que constituirá meio legal de prova.
- 6.5.2.2. O documento exigido na alínea "e" do subitem 6.5.2 deste Edital será verificado, pelo(a) Pregoeiro(a), em consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** que constituirá meio legal de prova.
- 6.5.2.3. O documento exigido na alínea "f" do subitem 6.5.2 deste Edital deverá ser apresentado pela licitante quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a).
- 6.5.2.4. Caso os documentos exigidos para atendimento das alíneas "d" e "e" do subitem 6.5.2 deste Edital estejam com prazo de validade vencidos e/ou não estejam disponíveis no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF**, deverão ser apresentados pela licitante quando solicitados pelo(a) Pregoeiro(a).
- 6.5.2.5. O marco temporal para apresentação das demonstrações do último exercício social exigível será a data limite definida pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 6.5.2.6. As demonstrações contábeis exigidas limitar-se-ão ao último exercício no caso de a licitante ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 6.5.2.6.1. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 6.5.2.7. A licitante poderá apresentar quantos atestados forem necessários para a comprovação do atendimento quanto a exigência contida na alínea "f" do subitem 6.5.2 deste Edital.
- 6.5.2.7.1. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter informações que identifique o emitente e a qualidade da execução do objeto contratado.
- 6.5.2.8. Serão desconsiderados Atestado(s) de Capacidade Técnica que não comprovem a similaridade com o exigido.
- 6.5.2.9. A comprovação de capacidade técnica estará sujeita à confirmação da veracidade de suas informações por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 64, inciso I, da Lei n. 14.133/2021.
- 6.5.2.10. Os documentos para habilitação serão exigidos apenas da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar e o prazo para a sua apresentação, quando solicitada pelo(a) Pregoeiro(a), será de até 2 (duas) horas, prorrogado por igual período.
- 6.5.2.11. No prazo previsto no subitem 6.5.2.10 deste Edital, a prorrogação poderá ocorrer nas seguintes situações:
- a) por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a); ou
- b) de ofício, a critério do(a) Pregoeiro(a), quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos neste Edital.
- 6.5.2.12. Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelas licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 6.5.3. A documentação exigida deverá ter validade mínima até a data prevista para a sessão pública. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias corridos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

6.5.4. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que for declarada vencedora desta licitação, prorrogável por igual período, a critério do Tribunal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.5.4.1. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará na decadência do direito à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação, sendo facultado ao Tribunal convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou, ainda, revogar esta licitação.

6.5.5. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Departamento de Aquisições e Gestão de Patrimônio do Tribunal, no endereço mencionado neste Edital, dentro do prazo assinalado pelo(a) Pregoeiro(a).

6.5.5.1. As cópias poderão ser autenticadas por tabelião de notas, Pregoeiro(a) ou membro da equipe de apoio mediante apresentação do original ou publicação em órgão da imprensa oficial e ainda por declaração de autenticidade por advogado.

6.5.6. As certidões apresentadas pela licitante, conforme disposição do subitem 6.5.2 deste Edital, estarão sujeitas à verificação de sua validade e autenticidade pelo(a) Pregoeiro(a) ou membro da equipe de apoio. A verificação pelo Tribunal nos sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

6.5.7. A licitante deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.5.8. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

a) se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

b) em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz; e

c) se a licitante for a matriz e a fornecedora do objeto deste Edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for a filial, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz e da filial, simultaneamente.

6.5.9. Se a proposta não for aceitável ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital, quando então poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.5.10. Se a documentação exigida para habilitação não estiver completa e correta, ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, ou se a empresa estiver em suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, ou se for identificada como inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, tal empresa será inabilitada, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

6.5.11. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

## **6.6. Do recurso**

6.6.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.

6.6.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

6.6.2.1. As demais licitantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

6.6.3. Será assegurado à licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

6.6.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6.6.5. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade superior.

6.6.6. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza a autoridade superior a adjudicar e homologar o objeto à licitante vencedora.

6.6.7. Findo o prazo do subitem 6.6.2 deste Edital, impugnado ou não o recurso, o(a) Pregoeiro(a) o apreciará no prazo de 3 (três) dias úteis, quando opinará pela manutenção ou reforma do ato recorrido. Não



havendo a reconsideração do ato, os autos serão encaminhados à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

## **7. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO**

### **7.1. Da adjudicação e homologação**

7.1.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei n. 14.133/2021.

### **7.2. Do cadastro de reserva de fornecedores**

7.2.1. Após a homologação da licitação, com o objetivo de formar cadastro de reserva de fornecedores, no caso de exclusão do primeiro colocado, será incluído na respectiva ata o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da licitante vencedora, na sequência da classificação do certame.

7.2.2. A ordem de classificação no cadastro de reserva de fornecedores seguirá a ordem das últimas propostas apresentadas durante a fase competitiva.

### **7.3. Da assinatura da Ata de Registro de Preços**

7.3.1. Homologado o resultado desta licitação e respeitada a ordem de classificação, o Tribunal convocará a adjudicatária para que assine digitalmente a Ata de Registro de Preços.

7.3.2. A convocação será realizada via e-mail – com aviso de recebimento.

7.3.3. O prazo para assinatura será de até 2 (dois) dias úteis, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, notificada nos prazos e condições estabelecidas neste Edital, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a à perda do direito à assinatura da Ata, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas no Item 8 deste Edital.

7.3.3.1. O prazo pode ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Tribunal.

7.3.4. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de meio digital/virtual, far-se-á a remessa da Ata de Registro de Preços, por via postal, para assinatura da adjudicatária.

7.3.5. Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o representante da licitante vencedora deverá acessar

o link [http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0) efetuar cadastro para liberação da assinatura digital no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), devendo se solicitado:

- a) comprovar seu poder para representar a licitante, através de documento legal; e
- b) atualizar todos os documentos apresentados quando da habilitação, se vencidos.

7.3.6. Nas hipóteses de não assinatura da Ata, nos prazos e condições estabelecidas, o Tribunal poderá convocar outra licitante, respeitada a ordem de classificação e mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

### **7.4. Da Adesão ao Registro de Preços**

7.4.1. A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta a este Tribunal, desde que devidamente comprovada a vantagem. Para tanto, os interessados deverão entrar em contato com o(a) Gestor(a) da Ata de Registro de Preços, conforme Item 15 do Termo de Referência, **ANEXO IV** deste Edital.

7.4.1.1. Caberá à Detentora da Ata de Registro de Preços e ao Tribunal, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o Tribunal e órgãos participantes.

7.4.1.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o subitem 7.4.1 deste Edital não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

7.4.2. Os preços registrados ficarão disponibilizados em meio eletrônico na página do Tribunal.

7.4.3. As contratações decorrentes do registro obedecerão à ordem de classificação dos fornecedores constantes na Ata.

7.4.4. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o Tribunal e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.





7.4.5. Após a autorização do Tribunal, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata.

**7.5. Do prazo de vigência e prorrogação da Ata de Registro de Preços**

7.5.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da data da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, havendo a renovação dos quantitativos inicialmente registrados.

7.5.1.1. A prorrogação da Ata de Registro de Preços fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada com a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei n. 14.133/2021.

7.5.1.2. A Detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da Ata de Registro de Preços, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

**7.6. Do cancelamento do Registro de Preços da Detentora**

7.6.1. A Detentora dos Preços Registrados terá seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não assinar o contrato, no prazo estabelecido pelo Tribunal, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir os preços registrados, quando este se tornar superior ao praticado no mercado; e
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

7.6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b" e "d" do subitem anterior, será formalizado por despacho expedido pelo Ordenador de Despesas, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.6.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

**7.7. Da revisão dos preços registrados**

7.7.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados.

7.7.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Tribunal convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.7.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.7.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.7.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Tribunal poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes da assinatura do contrato; e
- b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.7.4. Não havendo êxito nas negociações, o Tribunal procederá a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.7.5. O requerimento de que trata o subitem 7.7.3 deste Edital deverá comprovar a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas pela Detentora dos Preços Registrados.

7.7.5.1. A comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias alusivas à época da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços.

7.7.5.2. Junto com o requerimento, a Detentora dos Preços Registrados deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão dos preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor registrado.

7.7.5.3. O Tribunal, reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, procederá a revisão dos preços.

7.7.5.4. As alterações decorrentes da revisão dos preços serão publicadas no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia e ficarão disponibilizadas em meio eletrônico na página do Tribunal.

7.7.6. O acompanhamento dos preços não desobriga a unidade requisitante de efetivar pesquisa de mercado previamente à contratação.



7.7.7. Devidamente comunicada da existência de contrato para assinatura, é vedado a Detentora recusar-se a fornecer o objeto registrado na Ata de Registro de Preços, estando sujeita às sanções previstas neste Edital.

**7.8. Da assinatura do contrato**

7.8.1. Conforme descrito no subitem 11.2.1 do Termo de Referência, **ANEXO IV** deste Edital.

**7.9. Da vigência do contrato**

7.9.1. Conforme descrito no subitem 11.2.2 do Termo de Referência, **ANEXO IV** deste Edital.

**7.10. Da alteração, do reajuste de preços, da inexecução e da extinção do contrato**

7.10.1. Conforme descrito no subitem 11.2.3 do Termo de Referência, **ANEXO IV** deste Edital.

**8. DAS PENALIDADES DO PROCEDIMENTO**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, a licitante que, com dolo ou culpa:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame, desde que cause prejuízo à Administração;  
b) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

1. não enviar a proposta detalhada e adequada ao último lance ofertado ou após a negociação; e
  2. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.
- c) não assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;  
d) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;  
e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;  
f) fraudar a licitação;  
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:  
1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;  
2. induzir deliberadamente a erro no julgamento; e  
3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.  
h) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e  
i) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n. 12.846/2013](#).

8.2. Com fulcro na [Lei n. 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou aos adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar; e
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da comunicação oficial.

8.4.1. Para as infrações previstas nas alíneas “a” e “b” do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 1% do valor estimado da contratação.

8.4.2. Para a infração prevista na alínea “c” do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 5% do valor da Ata de Registro de Preços.

8.4.3. Para a infração prevista na alínea “d” do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 5% do valor do contrato.

8.4.4. Para as infrações previstas nas alíneas “e”, “f”, “g”, “h” e “i” do subitem 8.1 deste Edital, a multa será de 30% do valor estimado da contratação.

8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) - [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br)

8.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do subitem 8.1 deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração direta e indireta do Estado de Rondônia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações previstas nas alíneas "d", "e", "f", "g" e "h" do subitem 8.1 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do subitem 8.1 deste Edital que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei n. 14.133/2021](#).

8.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

8.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

8.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 9. DO PAGAMENTO

9.1. Conforme descrito no Item 18 do Termo de Referência, **ANEXO IV** deste Edital.

## 10. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

10.1. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostos por qualquer pessoa, dirigidas ao(à) Pregoeiro(a) e por meio do e-mail [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br), até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame.

10.1.1. Caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado(a) pelos(as) responsáveis pela elaboração deste Edital e seus Anexos, decidir sobre os pedidos de esclarecimentos e as impugnações no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.1.2. Acolhida a impugnação contra este Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

10.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que, tendo-os aceito sem objeção, venha, após a abertura das propostas, apontar falhas ou irregularidades, ou não o fizer no prazo estabelecido.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Para contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias corridos, **exceto** quando explicitamente disposto em contrário.

11.2. A contagem dos prazos somente se inicia e vence em dia de expediente neste Tribunal.

11.3. A simples participação nesta licitação implica em total aceitação das normas contidas neste Edital.

11.4. As despesas de elaboração das propostas para este certame licitatório serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não conferindo direito a qualquer indenização ou ressarcimento.

11.5. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados **em qualquer fase da licitação**. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) - [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br)

apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, implicará no cancelamento do respectivo registro de preços, ou, se for o caso, na extinção contratual, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

11.6. É facultado ao(à) Pregoeiro(a), ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

11.6.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem 6.2.6 deste Edital, o seu reinício somente poderá ocorrer mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.7. As licitantes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo, sob pena de desclassificação/inabilitação, no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), ao qual se reserva o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

11.8. O(A) Pregoeiro(a) poderá subsidiar-se em pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.

11.9. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.10. O resultado da licitação será divulgado mediante aviso, o qual será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia, no *site* [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br), bem como afixado no quadro próprio localizado na Sede deste Tribunal, na Rua José Camacho, n. 585, Térreo, Bairro Olaria, Porto Velho/RO.

11.11. Qualquer modificação neste Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

11.12. Os casos omissos serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a), que decidirá com base na legislação em vigor.

11.13. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir quaisquer questões oriundas da presente licitação.

11.14. Este Edital encontra-se à disposição dos interessados nos *sites* [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) ou [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br), bem como na sala do Departamento de Aquisições e Gestão de Patrimônio (DEAGESP/TJRO), situada na Rua José Camacho, n. 585, Sala 207, 2º Andar, Bairro Olaria, nesta Capital, no horário das 7h às 14h, onde poderá ser retirado, preferencialmente em meio eletrônico, sem ônus para o Tribunal.

11.15. O(A) Pregoeiro(a) e sua equipe de apoio encontram-se à disposição **para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares** no endereço citado no subitem anterior ou pelo fone (69) 3309-6652, e ainda pelo e-mail [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br). O(A) Pregoeiro(a) não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos por ele em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto deste Tribunal quanto do emissor.

11.16. ATENÇÃO: Fica instituída a assinatura eletrônica de documentos, conforme Resolução n. 027/2016-PR. Para tanto, os representantes das empresas vencedoras, após a homologação do Certame, deverão obrigatoriamente, se cadastrar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, no acesso externo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no endereço: [http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tjro.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0), **para assinatura digital da Ata de Registro de Preços**, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Item 8 deste Edital.

11.17. Após o cadastro no SEI as respectivas unidades poderão disponibilizar o acesso para a licitante assinar os documentos, nos prazos estabelecidos neste Edital.

11.18. A licitante vencedora se compromete a respeitar todas as obrigações estabelecidas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei n. 13.709/2018) e outras leis aplicáveis em relação às diretrizes para o tratamento de dados pessoais relacionados ao objeto deste Edital, protegendo os direitos e garantias fundamentais envolvidos, incluindo a confidencialidade das informações.

11.19. São partes integrantes do presente Edital:

- a) ANEXO I - Modelo de apresentação de proposta detalhada após o encerramento dos lances;
- b) ANEXO II - Minuta da Ata de Registro de Preços;
- c) ANEXO III - Preços de referência;
- d) ANEXO IV – Termo de Referência; e
- e) ANEXO V - Minuta do Contrato.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

Juiz Rinaldo Forti da Silva  
Secretário Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Porto Velho/RO, 21 de março de 2025.

ANEXO I

MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA DETALHADA  
APÓS O ENCERRAMENTO DOS LANCES

PREGÃO ELETRÔNICO n. 021/2025.

Razão Social:  
Número do CNPJ:  
Endereço completo com CEP:  
Fone/Celular:  
Outros (correio eletrônico...):  
Banco/Nome e n. da Agência/Conta Corrente:  
Responsável legal para assinatura do Contrato (nome, documentação de identificação oficial e CPF):

**OBJETO:** Registro de Preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços continuados de locação de veículos por demanda diária e mensal permanente, com seguro total, manutenções, lavagem, sem combustível, sem motorista e quilometragem livre, para atender o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, nos termos do Pregão em epígrafe.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT./UN.	VALOR UNITÁRIO DO ITEM (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
1	1	_____[Descrever as especificações do item]____.	400 diárias		
	2	_____[Descrever as especificações do item]____.	300 diárias		
	3	_____[Descrever as especificações do item]____.	200 diárias		
	4	_____[Descrever as especificações do item]____.	100 diárias		
	5	_____[Descrever as especificações do item]____.	400 diárias		
VALOR TOTAL DO GRUPO (R\$)					
2	6	_____[Descrever as especificações do item]____.	24 meses		
	7	_____[Descrever as especificações do item]____.	24 meses		
VALOR TOTAL DO GRUPO (R\$)					

Declaro que nos preços cotados estão inclusas todas as despesas, tais como custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte em veículos apropriados, seguros, embalagens, quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados e outros gravames que possam incidir sobre o objeto licitado.

O prazo de validade desta proposta é de 90 (noventa) dias corridos, nos termos do subitem 6.1.4 do presente Edital.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

**O Prazo de entrega:**

**OBSERVAÇÃO:**

**1. Quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), a licitante deve:**

- a) Encaminhar o documento exigido na alínea "f" do subitem 6.5.2 deste Edital; e  
b) Encaminhar os documentos exigidos nas alíneas "d" e "e" do subitem 6.5.2 deste Edital, caso estejam com prazo de validade vencidos e/ou não estejam disponíveis no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

Porto Velho/RO, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

Assinatura do Representante Legal  
**Documentação de identificação oficial e CPF**

**ANEXO II**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
PREGÃO ELETRÔNICO N. 021/2025 – TJRO**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA (TJRO), denominado **Tribunal**, CNPJ n. 04.293.700/0001-72, com sede na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, representado neste ato por seu Ordenador de Despesas, **com recursos do FUJU - FUNDO DE INFORMATIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS JUDICIÁRIOS** (CNPJ n. 10.466.386/0001-85) e, de outro lado a empresa abaixo qualificada, denominada **Detentora**, firmam esta **Ata de Registro de Preços**, conforme decisão exarada no Processo Administrativo n. 0021130-79.2024.8.22.8000, sob a regência da Lei Federal n. 14.133/2021, pela Lei Complementar n. 123/2006 e com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011 e do Decreto Federal n. 11.462/2023, suas respectivas alterações, visando o **REGISTRO DE PREÇOS** dos Itens a seguir, nos termos do referido Edital e seus Anexos, conforme as cláusulas e condições a seguir:

**DO OBJETO - CLÁUSULA PRIMEIRA**

1.1. Registro de Preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços continuados de locação de veículos por demanda diária e mensal permanente, com seguro total, manutenções, lavagem, sem combustível, sem motorista e quilometragem livre, para atender o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em consonância com o referido Edital e conforme classificação a seguir:

**Primeira Classificada**

Empresa:				CNPJ:	
Endereço:					
E-mail:		Fone Fixo:		Celular:	
Representante:		Documentação de identificação oficial:		CPF:	
GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QUANT./UN.	VALOR UNITÁRIO DO ITEM (R\$)	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
1	1	_____ [Descrever as especificações do item]_____.	400 diárias		
	2	_____ [Descrever as especificações do item]_____.	300 diárias		
	3	_____ [Descrever as especificações do item]_____.	200 diárias		



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

	4	_____[Descrever as especificações do item]_____.	100 diárias		
	5	_____[Descrever as especificações do item]_____.	400 diárias		
VALOR TOTAL DO GRUPO (R\$)					
2	6	_____[Descrever as especificações do item]_____.	24 meses		
	7	_____[Descrever as especificações do item]_____.	24 meses		
VALOR TOTAL DO GRUPO (R\$)					

1.2. O referido Edital e seus Anexos, e a proposta da Detentora fazem parte integrante da presente Ata.

1.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo da despesa estabelecidos nesta Ata.

1.4. A Detentora se compromete a fornecer o(s) item(ns) registrado(s) de acordo com os preços, marcas e especificações constantes no subitem 1.1 desta Cláusula.

1.5. Os preços registrados abrangerão os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte em veículos apropriados, seguros, embalagens, quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados e demais despesas correlatas.

#### DA VALIDADE DESTA ATA - CLÁUSULA SEGUNDA

2.1. O prazo de vigência desta Ata será de 1 (um) ano, contado da data da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Pública - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, havendo a renovação dos quantitativos inicialmente registrados.

2.1.1. A prorrogação desta Ata fica condicionada à comprovação da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de preço a ser realizada com a utilização dos parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei n. 14.133/2021.

2.1.2. A Detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

#### DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS - CLÁUSULA TERCEIRA

3.1. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis, e for inviável a manutenção da Ata nas condições originalmente pactuadas, o Tribunal convocará a Detentora para negociar a redução do preço registrado.

3.1.1. A recusa da Detentora em reduzir seus preços na forma prevista no subitem 3.1 desta Cláusula, implicará o cancelamento parcial ou integral do Registro de Preços e a liberação da Detentora, sem aplicação de penalidades administrativas.

3.2. Quando o preço registrado se tornar superior ou inferior em virtude da criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, com comprovada repercussão sobre a Ata, o Tribunal convocará a Detentora para proceder à atualização dos preços de acordo com os novos encargos.

3.2.1. A recusa da Detentora em reduzir seus preços na forma prevista no subitem 3.2 desta Cláusula, implicará o cancelamento parcial ou integral do Registro de Preços, com aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

3.3. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, é facultado à Detentora requerer a revisão do preço, desde que atendidos os seguintes requisitos:

a) comprovação do motivo superveniente decorrente de força maior, caso fortuito, fato do príncipe, fato da Administração ou fato imprevisível ou previsível de efeitos incalculáveis; e

b) demonstração, por meio da apresentação de planilha de custos ou memória de cálculo, quando couber, acompanhada de documentação comprobatória correlata, de que o preço registrado está desatualizado e se tornou inviável.

3.3.1. O Tribunal decidirá sobre o pedido de revisão no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de conclusão da instrução do requerimento.

3.3.2. Durante o período de análise do pedido, o Tribunal, mediante solicitação da Detentora, poderá suspender as novas autorizações de consumo/adesão à Ata.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO**

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

**3.3.3.** Indeferido o pedido de revisão, por ausência de prova efetiva dos requisitos previstos no subitem 3.3 desta Cláusula, a Detentora fica obrigada a manter os compromissos assumidos pelos preços originalmente registrados, sob pena de cancelamento do Registro de Preços e aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e nesta Ata.

**3.3.4.** Comprovada a desatualização dos preços registrados, a Ata poderá ser revisada e, caso a Detentora não aceite os novos preços indicados, o Registro de Preços será, parcial ou integralmente, cancelado e a Detentora liberada do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

**3.4.** O Registro de Preços também poderá ser revisado se a Detentora formular proposta superveniente para redução do preço registrado. Caso a proposta de redução tenha repercussão na ordem de preferência de itens/grupos espelhados, somente será aceita se houver comunicação às Detentoras dos demais itens/grupos espelhados, facultando-lhes oportunidade de apresentar nova proposta.

**3.5.** Qualquer revisão nos preços registrados será formalizada mediante termo aditivo.

**3.6.** A revisão dos preços registrados nesta Ata será aplicada automaticamente aos contratos formalizados posteriormente à sua implantação.

**DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - CLÁUSULA QUARTA**

**4.1.** A Detentora está obrigada a celebrar as contratações que poderão advir da Ata, observadas as condições estabelecidas no Edital, em seus anexos e nesta Ata.

**4.2.** As contratações decorrentes desta Ata serão formalizadas mediante a assinatura do contrato, respeitado o prazo de vigência desta Ata.

**4.3.** A Detentora será convocada para assinatura do contrato no prazo de **2 (dois) dias úteis** a contar da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

**4.4.** O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da Detentora antes do decurso do prazo assinalado e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo Tribunal.

**4.5.** O não comparecimento ou a recusa injustificada da Detentora em assinar o contrato no prazo assinalado enseja o cancelamento do Registro de Preços e a aplicação das penalidades previstas no Edital.

**4.5.1.** A instauração do processo de apuração e de aplicação de penalidades compete ao órgão ou entidade interessada na contratação.

**4.6.** Por ocasião da convocação para assinatura do contrato, o órgão ou entidade interessada na contratação deverá consultar a regularidade da Detentora perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, bem como verificar a validade dos documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

**4.6.1.** Se não for possível atualizar os documentos por meio eletrônico, a Detentora será notificada para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação e haver o cancelamento do Registro de Preços.

**4.7.** Nas hipóteses do subitens 4.5 e 4.6 desta Cláusula, o Tribunal poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, se houver, ou as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura de nova Ata, observado o disposto no art. 90, §§ 2º e 4º, da Lei n. 14.133/2021.

**DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL - CLÁUSULA QUINTA**

**5.1.** O Tribunal deverá:

- a)** assinar, gerenciar e fiscalizar esta Ata;
- b)** divulgar esta Ata e suas eventuais alterações, durante toda a sua vigência, no Diário de Justiça Eletrônico - DJe e no Portal Nacional de Contratações Públicas;
- c)** autorizar e gerenciar pedidos de adesão;
- d)** observar os quantitativos e limites estabelecidos para os órgãos não participantes;
- e)** analisar pedidos de revisão dos preços registrados, conduzindo as renegociações necessárias;
- f)** instaurar processo de apuração e aplicação de penalidade, garantida a ampla defesa e o contraditório, em caso de cometimento de ilícitos decorrentes desta Ata;
- g)** formalizar a prorrogação do prazo de vigência desta Ata, quando cabível; e
- h)** convocar os integrantes do Cadastro de Reserva, se houver, em caso de cancelamento parcial ou integral do Registro de Preços.





## **DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DA REGISTRO DE PREÇOS - CLÁUSULA SEXTA**

**6.1.** A Detentora obriga-se a:

- a)** manter o preço registrado e demais condições previstas durante todo o prazo de vigência desta Ata;
- b)** manter, durante toda a vigência desta Ata e de eventuais contratações decorrentes, as condições de habilitação exigidas para participação na licitação;
- c)** assinar os contratos decorrentes desta Ata no prazo estabelecido;
- d)** prestar as informações solicitadas pelo Tribunal, durante o prazo de vigência desta Ata, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da solicitação; e
- e)** designar preposto para representá-la perante o Tribunal, sempre que for necessário.

## **DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - CLÁUSULA SÉTIMA**

**7.1.** A Detentora dos Preços Registrados terá seu registro cancelado quando:

- a)** descumprir as condições desta Ata;
- b)** não assinar o contrato, no prazo estabelecido pelo Tribunal, sem justificativa aceitável;
- c)** não aceitar reduzir os preços registrados, quando este se tornar superior ao praticado no mercado; e
- d)** sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

**7.2.** O cancelamento previsto nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b" e "d" do subitem anterior, será formalizado por despacho expedido pelo Ordenador de Despesas, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**7.3.** O cancelamento desta Ata poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o seu cumprimento, devidamente comprovados e justificados:

- a)** por razão de interesse público; ou
- b)** a pedido da Detentora.

## **DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES - CLÁUSULA OITAVA**

**8.1.** A Detentora desta Ata comete infração quando:

- a)** não assinar o contrato decorrente desta Ata no prazo estabelecido;
- b)** recusar-se a reduzir os preços registrados diante da superveniente criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais com comprovada repercussão sobre a Ata; e
- c)** recusar-se a manter os preços registrados após indeferimento do seu pedido de revisão.

**8.2.** No caso das infrações previstas no subitem anterior será aplicada a penalidade de multa de 5% do valor desta Ata.

**8.3.** Além da multa, será aplicável à Detentora desta Ata a penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos seguintes casos e condições:

- a)** na infração prevista na alínea "a" do subitem 8.1 desta Cláusula: período de 1 (um) ano;
- b)** na infração prevista nas alíneas "b" e "c" do subitem 8.1 desta Cláusula: período de 2 (dois) anos, quando ocasionar a inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; e
- c)** na infração prevista nas alíneas "b" e "c" do subitem 8.1 desta Cláusula: período de 3 (três) anos, quando ocasionar a inexecução total do contrato.

## **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS - CLÁUSULA NONA**

**9.1.** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata.

**9.2.** Os casos omissos serão resolvidos pelas partes em comum acordo, por meio de termo aditivo, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021.

**9.3.** O extrato da presente Ata, bem como do contrato, será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado de Rondônia e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

## **DO FORO - CLÁUSULA DÉCIMA**

**10.1.** Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Porto Velho/RO, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.



ANEXO III

PREÇOS DE REFERÊNCIA

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÕES	PREÇO DE REFERÊNCIA UNITÁRIO (R\$)
1	1	<b>Locação de veículo caminhonete tipo pick up 4x4:</b> diesel, máximo 2 (dois) anos defabricação, motor com no mínimo 190cv de potência, entre eixos mínimo de 3.000 mm; cabine dupla; ar condicionado; direção: hidráulica ou elétrica; vidros e travas elétricas nas 4 portas, alarme; capacidade de carga de no mínimo: 1.010 kg; capota de fibra ou lona marítima; mínimo 5 (cinco) lugares, pelo sistema de locação por diária, sem motorista, sem combustível e quilometragem livre. (incluso com seguro total, assistência 24horas, com uso de guincho, lavagem, manutenção preventiva e corretiva, documentação atualizada e com disponibilidade imediata)	635,00
	2	<b>Locação de veículo tipo Sedan Médio:</b> 4 portas, motor 1.0 Turbo ou superior, Freios ABS, Ar condicionado, Air bag, Vidros Elétricos e travas elétricas nas 4 portas, alarme, máximo 2 (dois) anos de fabricação, mínimo 5 (cinco) lugares, pelo sistema de locação por diária sem motorista, sem combustível e quilometragem livre. (incluso com seguro total, assistência 24horas, com uso de guincho, lavagem, manutenção preventiva e corretiva, licenciamento, seguro obrigatório, IPVA e com disponibilidade imediata)	288,44
	3	<b>Locação de veículo tipo Sedan Executivo Automático:</b> 4 portas, motor 1.8 ou superior, Freios ABS, Ar condicionado, Air bag, Vidros Elétricos e travas elétricas nas 4 portas, alarme, máximo 2 (dois) anos de fabricação, mínimo 5 (cinco) lugares, pelo sistema de locação por diária, sem motorista, sem combustível e quilometragem livre. (incluso com seguro total, assistência 24horas, com uso de guincho, lavagem, manutenção preventiva e corretiva, licenciamento, seguro obrigatório, IPVA e com disponibilidade imediata)	364,60
	4	<b>Locação de veículo, modelo tipo minivan 4 portas:</b> motor 1.4 ou mais, Freios ABS, Ar condicionado, Air bag, Vidros Elétricos e travas elétricas nas 4 portas, alarme, direção Hidráulica ou elétrica, máximo 2 (dois) anos de fabricação, mínimo 6 (seis) lugares, pelo sistema de locação por diária, sem motorista, sem combustível e quilometragem livre. (incluso com seguro total, assistência 24horas, com uso de guincho, lavagem, manutenção preventiva e corretiva, licenciamento, seguro obrigatório, IPVA e com disponibilidade imediata)	633,93
	5	<b>Locação de veículo tipo SUV Automática:</b> 4 portas, motor 1.2 Turbo ou superior, Freios ABS, Ar condicionado, Air bag, Vidros Elétricos e travas elétricas nas 4 portas, alarme, máximo 2 (dois) anos de fabricação, mínimo 5 (cinco) lugares, pelo sistema de locação por diária, sem motorista, sem combustível e quilometragem livre. (incluso com seguro total, assistência 24horas, com uso de guincho, lavagem, manutenção preventiva e corretiva, licenciamento, seguro obrigatório, IPVA e com disponibilidade imediata).	358,05
2	6	<b>Locação de veículo tipo SUV Automática:</b> 4 portas, motor 1.2 Turbo ou superior, Freios ABS, Ar condicionado, Air bag, Vidros Elétricos e travas elétricas nas 4 portas, alarme, máximo 2 (dois) anos de fabricação ou 20.000 km, pelo sistema de locação por demanda mensal, sem motorista, mínimo 5	6.471,30



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

	(cinco) lugares, com quilometragem livre. (incluso com seguro total, assistência 24horas, com uso de guincho, lavagem, manutenção preventiva e corretiva, licenciamento, seguro obrigatório, IPVA e com disponibilidade imediata)	
7	<b>Locação de veículo caminhonete tipo pick up 4x4:</b> diesel, máximo 2 (dois) anos de fabricação, motor com no mínimo 190cv de potência, entre eixos mínimo de 3.000 mm; cabine dupla; ar condicionado; direção: hidráulica ou elétrica; vidros e travas elétricas nas 4 portas, alarme; capacidade de carga de no mínimo: 1.010 kg; capota de fibra ou lona marítima; pelo sistema de locação por demanda mensal, sem motorista, mínimo 5 (cinco) lugares, com quilometragem livre. (incluso com seguro total, assistência 24horas, com uso de guincho, lavagem, manutenção preventiva e corretiva, licenciamento, seguro obrigatório, IPVA e com disponibilidade imediata)	10.722,25

Edital redigido, com base no Termo de Referência, por:

Diego Sousa  
Técnico Judiciário  
Seção de Preparação de Contratação/Diaq/Deagesp/SA

Documento assinado eletronicamente por **DIEGO SOUSA ARAÚJO, Técnico (a) Judiciário (a)**, em 13/03/2025, às 07:58 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>, informando o código verificador **4661931** e o código CRC **7CBFF605**.

## ANEXO IV

### TERMO DE REFERÊNCIA

**Termo de Referência Nº 2 / 2025 - Segef/DGB/Deagesp/SA/PRESI/TJRO  
2025.PCA.4284**

#### 1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços continuados de locação de veículos por demanda diária e mensal permanente, com seguro total, manutenções, lavagem, sem combustível, sem motorista e quilometragem livre, para atender o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

#### 2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Atualmente, este Tribunal possui uma frota com 64 veículos somado a vários Contratos, dentre eles, a contratação de aplicativo (JudCar), locação de vans com motorista, locação de ônibus com motorista,



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO**

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) - [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br)

locação de veículos de passeio com e sem motorista, aquisição por Registro de Preços de caminhões, aquisição de veículos (SUV), serviços de dedicação exclusiva de motorista e ainda parcerias com MPERO, TCERO E DPERO através de Termo de Cooperação para o empréstimo de veículos. Apesar da atual estrutura não é possível afirmar que os Contratos atingem de forma plena os resultados almejados.

**2.2.** No que se refere aos órgãos parceiros, temos a considerar que também estão passando por reestruturação e redução na quantidade de veículos oficiais, dificultando assim a disponibilização de veículos no ato da demanda deste Poder.

**2.3.** Por outro lado, em análise ao Relatório de Execução do atual Contrato, percebeu-se que a locação de veículos do porte SUV's e caminhonetes é crescente e por vezes ocorrem atrasos ou impedimentos na execução de algumas atividades não previstas, impactando diretamente os serviços prestados aos cidadãos, gerando a insatisfação de servidores e, consequentemente prejuízos à imagem institucional.

**2.4.** Considerando o cenário atual, a Seção de Gestão Operacional de Transporte - SEGEOP, com o objetivo de buscar solução para alguns problemas na execução do atual Contrato de serviço de locação de veículos, o qual vêm sendo prestado por meio do Processo [0000614-38.2024.8.22.8000](#), sugere a locação de veículos por demanda diária e mensal permanente, com pelo menos 2 (dois) veículos do tipo SUV e caminhonete, incluindo o seguro, manutenções, lavagem, sem combustível, sem motorista e quilometragem livre, em substituição ao Contrato vigente. A contratação sugerida pretende não apenas garantir a continuidade dos serviços, mas também aprimorar aspectos operacionais e estratégicos, de modo a atender às crescentes demandas institucionais nos deslocamentos de bens, servidores e materiais com maior eficiência e economicidade.

**2.5.** O aumento da demanda pelo Judiciário, em virtude das diversas questões da sociedade, da conscientização das pessoas na luta por seus direitos e do acesso mais democrático à Justiça, impulsiona este Tribunal a tomar medidas para maior efetividade das ações judiciais, como a expansão do Judiciário com as construções e locações de novos prédios, Fóruns Digitais, a criação e instalação de novas varas, as implantações das centrais de conciliação, entre outros. O reflexo dessa demanda exige uma frota de veículos atualizada, operante e ágil, visando o atendimento das necessidades emergentes.

**2.6.** Sendo assim, dada a importância de manter os veículos em boas condições de uso e realizar o transporte de pessoas e bens em segurança, propõe-se a necessidade de modernizar o modelo da gestão de transporte, objetivando reduzir os custos operacionais e contribuir para a qualidade no serviço de transporte do Tribunal.

**2.7.** As demais informações e justificativas relativas ao objeto deste Termo de Referência encontram-se no Estudo Técnico Preliminar 296 ([4443647](#)) acostado aos autos do Processo n. [0021130-79.2024.8.22.8000](#), demandas dos Fóruns Digitais, e mais os Processos n. [0000098-83.2022.8.22.8001](#) e n. [0000082-95.2023.8.22.8001](#) (Sessões do Júri), n. [0013304-70.2022.8.22.8000](#) (manifestação de alguns Departamentos deste Poder) e n. [0000461-36.2023.8.22.8001](#) (CGJ-OJR - Operação Justiça Rápida), bem como o resultado deserto na última licitação ([0013282-12.2022.8.22.8000](#)).

**2.8.** A natureza continuada dos serviços, justifica-se pela necessidade da prestação de forma permanente, devido à sua essencialidade ao bom funcionamento da instituição.

**2.9.** Este processo de contratação será conduzido em conformidade com a Lei n. 14.133/2021, que regula as contratações públicas, Lei n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei n. 12.846/2013, além de observar as diretrizes da Instrução Normativa n. 127/2023-TJRO e outros normativos aplicáveis.

### **3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**3.1.** A contratação será regida pela Lei Federal n. 14.133/2021, com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011 e do Decreto Federal n. 11.462/2023, suas respectivas alterações e demais legislações pertinentes.

**3.2.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão usufruir do tratamento estabelecido pela Lei Complementar n. 123/2006.

### **4. DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**4.1.** O objeto deste Termo de Referência será realizado por execução indireta, sob o Regime de Empreitada por Preço Unitário, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei n. 14.133/2021.

### **5. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES ESTIMADOS**

**5.1.** As especificações e quantidades encontram-se registradas no **ANEXO I** deste Termo de Referência.

**5.2.** Os valores estimados para o presente Termo de Referência constará de Quadro Demonstrativo de Quantitativos e Valores, elaborado pela Divisão de Aquisições - DIAQ/DEAGESP.





## **6. DOS PREÇOS**

**6.1.** Os preços propostos serão aqueles discriminados pela empresa em sua proposta, cotado em reais (R\$), devendo prevalecer, em caso de divergência, o preço unitário sobre o preço total.

**6.2.** Todas as despesas necessárias à perfeita execução do Contrato (custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer impostos, taxas, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias, transporte em veículos apropriados, seguros, embalagens, quaisquer outros encargos decorrentes do exercício profissional de seus funcionários ou terceirizados...) devem estar inclusas na proposta apresentada.

## **7. DO PEDIDO DE INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR**

**7.1.** A empresa convocada no item/grupo, QUANDO NECESSÁRIO, deverá apresentar INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR do objeto ofertado, para verificar se este atende às especificações previstas neste Termo de Referência no prazo de **até 2 (duas) horas**, contado a partir da notificação pelo Tribunal.

**7.1.1.** A empresa que não apresentar informação complementar dentro do prazo notificado será desclassificada no item/grupo.

## **8. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**8.1.** A despesa decorrente de eventual contratação será coberta por recursos específicos consignados no orçamento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

## **9. DA PROPOSTA**

**9.1.** Conforme disposição do Edital.

## **10. DA HABILITAÇÃO**

**10.1. A empresa deverá apresentar para fins de habilitação:**

**a)** Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que já executou diretamente locação de veículos com ou sem motorista.

**10.1.1.** A empresa poderá apresentar quantos atestados forem necessários para a comprovação do atendimento quanto a exigência contida na alínea "a" do subitem **8.1** deste Termo de Referência.

**10.1.1.1.** O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter informações que identifique o emitente e a qualidade da execução do objeto contratado.

**10.1.2.** Serão desconsiderados Atestado(s) de Capacidade Técnica que não comprovem a similaridade com o exigido.

**10.1.3.** A comprovação de capacidade técnica estará sujeita à confirmação da veracidade de suas informações por meio de possíveis diligências, conforme prescreve o art. 64, inciso I, da Lei n. 14.133/2021.

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO**

**11.1. Da Ata de Registro de Preços**

**11.1.1.** Homologado o resultado da licitação e respeitada a ordem de classificação, o Tribunal convocará a adjudicatária para que assine digitalmente a Ata de Registro de Preços, conforme disposição do Edital.

**11.2. Do Contrato**

**11.2.1. Da assinatura do Contrato**

**11.2.1.1.** A convocação para fornecimento do objeto será feita por meio da emissão e encaminhamento do Contrato à empresa.

**11.2.1.2.** O Tribunal convocará a empresa para assinar eletronicamente o Contrato dentro do prazo de **2 (dois) dias úteis** contado a partir do primeiro dia útil após sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informação - SEI.

**11.2.1.2.1.** Antes da convocação para assinatura do Contrato de que trata o subitem anterior, serão consultados o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, o Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e o Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, bem como será verificada a validade dos documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.

**11.2.1.2.2.** A recusa injustificada da empresa em assinar o Contrato, notificada nos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida,



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

sujeitando-a à perda do direito à contratação, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis previstas neste Termo.

**11.2.1.2.3.** O prazo para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, quando solicitado pela empresa e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Tribunal.

**11.2.1.3.** Apenas em função da total impossibilidade da utilização de meio digital, far-se-á a remessa do Contrato por via postal, para assinatura da empresa.

**11.2.1.4.** Na data da assinatura do Contrato, o representante da empresa deverá:

a) atualizar todos os documentos apresentados quando da habilitação, se vencidos; e

b) apresentar ao Tribunal, para efeito do disposto nos incisos III, IV e XI do *caput* do art. 4º da Instrução Normativa n. 1.234/2012 - Receita Federal do Brasil, declaração de acordo com os modelos constantes dos Anexos II, III ou IV da referida Instrução Normativa, conforme o caso, assinada pelo seu representante legal, podendo ser apresentada por meio eletrônico, sem prejuízo de o declarante informar, imediatamente, qualquer alteração na situação declarada.

**11.2.1.5.** Na hipótese da não assinatura do Contrato, nos prazos e condições estabelecidos, o Tribunal poderá convocar outra empresa, respeitada a ordem de classificação, para, após, comprovados os requisitos habilitatórios, e feita a negociação, assinar o Contrato, sem prejuízo das penalidades previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

**11.2.2. Da vigência do Contrato**

**11.2.2.1.** A vigência do Contrato será de **1 (um) ano** contado da data de sua última assinatura pelas partes, podendo ser prorrogado nos exercícios subsequentes até o limite de 10 (dez) anos, de acordo com o art. 107 da Lei n. 14.133/2021.

**11.2.3. Da alteração, do reajuste de preços, da inexecução e da extinção do Contrato**

**11.2.3.1.** O Contrato poderá ser **alterado**, com as devidas justificativas, conforme art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

**11.2.3.2.** A periodicidade para eventual reajuste de preços do Contrato será anual, contando-se a partir da data do orçamento estimado, ou do último reajuste, adotando-se como parâmetro o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ocorrido nos últimos doze meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

**11.2.3.3.** Observadas as demais disposições constantes no Capítulo VIII, Título III, da Lei n. 14.133/2021, a **extinção** do Contrato:

a) poderá ser declarada unilateralmente pelo Tribunal, se a Contratada inexecutar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou se houver a incidência de algum dos casos previstos no art. 137, incisos I a IX, da Lei n. 14.133/2021, conforme disposto no art. 138 da referida Lei;

b) poderá ser declarada unilateralmente pelo Tribunal se durante a vigência do Contrato sobrevier em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, bem como atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, conforme Resolução n. 7/2005 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e art. 14, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021; e

c) poderá ocorrer consensualmente ou por via judicial, conforme disposto no art. 138, incisos II e III, da referida Lei.

**11.2.3.4.** Se a extinção for unilateral ou consensual, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. E, em qualquer caso de extinção, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

**11.2.4. Da subcontratação**

**11.2.4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto do Contrato.

**12. DA EXECUÇÃO**

**12.1. Do Início da Execução dos Serviços e das Solicitações**

**12.1.1.** A execução dos serviços será iniciada a partir do primeiro dia útil após a data da última assinatura do Contrato pelas partes.

**12.1.2.** A empresa deverá indicar **no prazo de 2 (dois) dias úteis** após a data da última assinatura do Contrato pelas partes a central de atendimento telefônico e e-mail para assistência **24 (vinte e quatro) horas**, a fim de suprir as demandas da contratante para agendamento de serviços e suporte técnico relativo aos veículos locados, bem como manter tais meios de contato sempre atualizados perante a contratante.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

**12.1.2.1.** As solicitações dos veículos serão realizadas por Ordens de Serviços encaminhadas à Contratada por e-mail e/ou por meio de aplicativo de mensagens instantâneas (WhatsApp) indicado pela Contratada.

**12.1.3.** A empresa disponibilizará os veículos descritos no **ANEXO I** deste Termo de Referência.

**12.1.4.** Os serviços poderão ser realizados em dias não úteis e em qualquer horário, conforme demanda do Tribunal.

**12.1.5.** Os serviços de locações de veículos serão utilizados tanto no deslocamentos em Porto Velho e seus distritos, como em deslocamento intermunicipais e interestaduais.

**12.2. Dos Prazos e das Condições de Execução dos Serviços**

**12.2.1. Veículos mensal (permanente)**

**12.2.1.1.** O prazo para a entrega do veículo será de até **5 (cinco) dias úteis**, a contar da Ordem de Serviço tratada no subitem **12.1.2.1**, podendo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação devidamente justificada antes do término do prazo.

**12.2.1.2.** Os veículos locados, em caráter permanente serão conduzidos por servidores do Tribunal, comprovadamente habilitados.

**12.2.1.3.** Todos os veículos locados em caráter permanente deverão ser propriedade da empresa, não se admitindo a subcontratação desses veículos.

**12.2.1.4.** Os veículos locados em caráter permanente devem atender as seguintes especificações e condições mínimas:

**a)** Os veículos deverão ter no máximo 20.000 km na retirada pelo Tribunal, e deverão ser substituídos pela empresa, após 12 (doze) meses de uso ou quilometragem máxima de 120.000 km (cento e vinte mil quilômetros);

**b)** Quando a quilometragem atingir 40.000 km, obrigatoriamente a empresa deverá trocar os pneus;

**c)** Providenciar a substituição em decorrência de desgaste, alinhamento e balanceamento das rodas, sem custos adicionais ao Tribunal; e

**d)** Os veículos deverão possuir seguro total, conforme subitem **12.6** e seus subitens.

**12.2.2. Veículos por demanda (diária)**

**12.2.2.1.** O Tribunal solicitará os veículos, informando a quantidade, as datas e local de entrega e devolução (esta poderá ser antecipada ou estendida) e a relação dos servidores designados pelo Tribunal para conduzi-los.

**12.2.2.2.** A empresa deverá disponibilizar veículos similares ou superiores, sem alteração do valor da diária, quando a quantidade de veículos solicitada pelo Tribunal for superior à disponibilidade da empresa, ficando a critério do(a) Gestor(a) e/ou Fiscal do Contrato sua aceitação.

**12.2.2.3.** Em virtude de demandas atípicas poderá ser solicitado itinerário com embarque e desembarque em outros locais que não tenha relação direta com a instituição, conforme as demandas específicas.

**12.2.2.4.** A empresa terá o prazo para apresentação do(s) veículo(s) solicitado(s), contado a partir do recebimento da solicitação, conforme detalhado a seguir, exceto quando se tratar de urgência.

Quantidade de veículos	Prazo de Atendimento
1 a 3	24 horas
4 a 6	48 horas
Acima de 6	72 horas

**12.2.2.5.** A solicitação em caráter de urgência deverá ser atendida no prazo de **até 4 (quatro) horas**, a partir da solicitação, a qual será enviada com a devida justificativa pelo Tribunal.

**12.2.2.6.** O Tribunal rejeitará o serviço e o fornecimento dos veículos em desacordo com as especificações definidas no **ANEXO I** deste Termo de Referência.

**12.2.2.7.** Somente o(a) Gestor(a) e/ou Fiscal do Contrato têm competência para informar/solicitar o deslocamento ou mudança de itinerário.

**12.2.2.8.** Em caso de cancelamento da solicitação, **até 24 (vinte e quatro) horas** antes da retirada/entrega do veículo, fica a empresa vedada da realização de cobrança.

**12.2.2.9.** Em caso de cancelamento da solicitação, fora do prazo limite estabelecido no subitem acima, a empresa poderá cobrar no máximo 1/6 do valor da diária, por hora de utilização do veículo, até o limite de 01 (uma) diária.

**12.2.2.10.** Adotar, se houver atraso na devolução do veículo, tolerância de **2 (duas) horas**, após a empresa poderá cobrar horas extras no máximo 1/10 do valor da diária a cada hora ou fração excedente, até o limite de uma nova diária.

**12.2.2.11.** No valor das locações, estará incluso o valor do seguro total, manutenções, lavagem e limpeza interna na devolução do veículo e não inclusão de motorista, combustível e quilometragem.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

---

**12.3. Das condições de recebimento**

**12.3.1.** Disponibilizar para locação os seus veículos com seguro, livre de tributos, encargos e taxas, livre de lucros cessantes, livre de pequenas avarias (riscos, vidros laterais e traseiro e para-brisa...).

**12.3.2.** Manter as características originais dos veículos, não sendo permitido o uso de qualquer letreiro, marca ou logotipo que identifique a empresa.

**12.3.3.** Entregar os veículos em perfeito estado de conservação e manutenção, abastecidos (tanque cheio) e limpos, interna e externamente, e com a documentação exigida em dia; considerando-se, inclusive, a normatização existente para o ramo de locação de veículos, com todos os equipamentos obrigatórios conforme legislação vigente e em perfeito estado.

**12.3.4.** Apresentar, na data da entrega dos veículos, o relatório de vistoria (*Checklist*) para conferência e recebimento do objeto.

**12.4. Da manutenção e da substituição dos veículos**

**12.4.1.** A manutenção dos veículos será por conta da empresa. Todos os veículos locados deverão estar em excelente estado de conservação, reservando-se ao Tribunal o direito de efetuar vistoria nos veículos antes de cada disponibilização.

**12.4.1.1.** Entende-se como manutenção preventiva aquela realizada obrigatória e periodicamente de acordo com os planos de manutenção do veículo, constantes no manual do fabricante, e como manutenção corretiva aquela destinada ao reparo dos defeitos que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas.

**12.4.1.2.** A manutenção corretiva deverá ocorrer sempre que necessário para a substituição de um componente do veículo desgastado, defeito, quebra ou sinistro e correrá por conta da contratada.

**12.4.2.** A empresa deve solicitar os veículos locados para revisão e/ou manutenção preventiva sem nenhum custo e com comunicação prévia por escrito ao Gestor e/ou Fiscal do Contrato, sendo que, para essa finalidade, a substituição do veículo deverá ser imediata e obrigatoriamente nas mesmas características e condições do veículo substituído.

**12.4.3.** No caso de problemas mecânicos, acidentes ou outras indisponibilidades a empresa deverá substituir o veículo locado por outro com as mesmas especificações ou superior, no prazo máximo de **03 (três) horas**, a contar da comunicação por parte do Tribunal, caso o mesmo esteja dentro dos limites do município de Porto Velho/RO, ou, quando fora dos limites municipais, disponibilizar serviço de guincho no mesmo prazo para recolha do veículo e análise de problema, sendo que o prazo poderá ser estendido a pedido da empresa desde que haja autorização do Tribunal.

**12.4.5.** A empresa deverá disponibilizar **24 (vinte e quatro) horas por dia**, inclusive sábados, domingos e feriados, serviço de socorro para transporte e deslocamento de veículos com guincho, nos casos de defeitos e/ou acidentes, de modo a proporcionar atendimento imediato, sem ônus adicional para o Tribunal.

**12.5. Das infrações de trânsito**

**12.5.1.** Em caso de multas por infrações de trânsito, cometidas por condutor do Tribunal, a empresa deverá encaminhar a Notificação de Autuação e/ou DARE, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** após o seu recebimento, visando resguardar o direito de defesa prévia do condutor, nos termos do art. 282, § 4º, da Lei n. 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro.

**12.5.1.2.** Nos casos em que o Tribunal não for notificado dentro do prazo do **item 12.5.1**, a empresa se responsabilizará integralmente pelo pagamento da importância referente a multa, taxa e/ou despesa, inclusive com o guincho e estadia, decorrente de infração.

**12.5.2.** Caso haja multa "Não Identificação do Condutor (NIC)", descrita no Art. 257, § 8º do CTB por descumprimento do prazo pela empresa, esta se responsabilizará pelo pagamento, sem nenhum ressarcimento por este Tribunal.

**12.6. Dos danos aos veículos e Seguro Obrigatório**

**12.6.1.** A empresa manterá seguro para acidentes com perda total, roubo, furto, incêndio, danos aos vidros, retrovisores, lanternas e faróis e contra terceiros, com cobertura para danos pessoais e materiais, sem franquia para o Tribunal, durante o prazo de vigência da contratação, devendo comprovar essa condição a qualquer tempo, caso requerido pelo Tribunal.

**12.6.2.** Os limites mínimos de cobertura do seguro são:

**a)** Acidentes pessoais por passageiros/Morte ou Invalidez: R\$ 30.000,00;

**b)** Danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00; e

**c)** Danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00.

**12.6.3.** O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos provenientes da circulação do bem segurado, as despesas indispensáveis ao seu salvamento e transporte até a oficina autorizada pelo fabricante do mesmo,





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO**

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

e as indenizações ou prestações de serviços oferecidos pelas seguradoras correspondentes a cada uma das coberturas de seguro.

**12.6.4.** Ao Tribunal, não caberá qualquer ônus pela rejeição de serviço ou fornecimento considerado inadequado.

**12.6.5.** A falta de veículo para locação não desobriga a empresa de atender ao pedido, mesmo que para isto forneça um veículo de melhor qualidade (upgrade), mantendo o preço contratado para a categoria de veículo solicitada inicialmente e/ou sublocação garantindo todas as exigências mínimas do Contrato.

**12.7. Do(a) Preposto(a)**

**12.7.1.** A empresa deverá indicar Preposto(a) para representá-la no local de execução dos serviços que deverá estar acessível para imediato contato durante todo o período de prestação dos serviços, e deverá ter noções básicas de informática para facilitar a comunicação eletrônica com o Tribunal, e será nomeado por escrito, no prazo de **até 2 (dois) dias úteis** contado após a data da última assinatura do Contrato pelas partes, conforme modelo do **ANEXO III** deste Termo de Referência.

**12.7.2.** O Tribunal poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do(a) Preposto(a) da empresa, hipótese em que a empresa designará outro para o exercício da atividade.

**12.7.3.** O(A) Preposto(a) deverá reportar-se ao(à) Gestor(a) ou ao(à) Fiscal do Contrato para que tome as providências pertinentes (contratuais) à execução dos serviços.

**13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**13.1.** Executar o objeto deste Termo de Referência, nos termos propostos, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas, utilizando produtos de primeira qualidade, sob pena de responsabilidade pelo seu descumprimento.

**13.2.** Responder pelos danos causados diretamente ao Tribunal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Tribunal, conforme art. 120 da Lei n. 14.133/2021.

**13.3.** Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, de acordo com o art. 92, inciso XVI, da Lei n. 14.133/2021.

**13.4.** Prestar esclarecimentos, sempre que necessário, sobre a execução objeto deste Termo de Referência, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos serviços.

**13.5.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo(a) Gestor e/ou Fiscal do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido por parte do Tribunal, conforme art. 119 da Lei n. 14.133/2021.

**13.6.** Assumir inteira e total responsabilidade pela prestação dos serviços contratados, garantindo sua qualidade, respondendo, na forma da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução do Contrato.

**13.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Tribunal.

**13.8.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

**13.9.** Disponibilizar veículos com seguro, conforme subitem **12.6** e seus subitens constantes deste Termo de Referência.

**13.10.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

**13.11.** Responsabilizar-se pelas obrigações, vícios e danos decorrentes do objeto deste Termo de Referência de acordo com a Lei n. 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, no que lhe couber.

**13.12.** Coibir atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a sexo, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual.

**13.13.** Designar preposto(a) conforme subitem **12.7** deste Termo de Referência, com plena disponibilidade para ofertar pronto atendimento ao(à) Gestor(a) e ao(à) Fiscal do Contrato, poderes de representação suficientes para receber notificações, inclusive, relativas a infrações contratuais, prestar soluções a quaisquer assuntos relacionados à execução do Contrato.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO**  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) - [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br)

**13.14.** Disponibilizar ao setor competente, telefones, e-mail, entre outros meios de contato para atender as Ordens de Serviço, bem como contato para atendimentos de emergência, com atendimento 24h.

#### **14. DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL**

**14.1.** Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento na forma prevista neste Termo de Referência.

**14.2.** Proporcionar todas as condições necessárias para que a Contratada possa cumprir com o objeto do Contrato.

**14.3.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

**14.4.** Responsabilizar-se pela guarda diária dos veículos locados.

#### **15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA E DO CONTRATO**

**15.1.** Conforme art. 117 da Lei n. 14.133/2021 e Instrução n. 146/2024 do Tribunal, a ata de registro de preços e o Contrato decorrente dela, serão acompanhados e fiscalizados pelos(as) seguintes servidores(as):

**a) Gestor(a) da Ata e do Contrato: Mozart Ho Tong Nobre**, e-mail: [mozart@tjro.jus.br](mailto:mozart@tjro.jus.br) ou [segeop@tjro.jus.br](mailto:segeop@tjro.jus.br), telefone (69) 3309-6229;

**b) Gestor(a) Substituto(a) da Ata e do Contrato: Samantha das Neves Lebre**, e-mail: [samanthalebre@tjro.jus.br](mailto:samanthalebre@tjro.jus.br), telefone: (69) 3309-6227;

**c) Fiscal Administrativo(a) do Contrato: Elienai Carvalho Monteiro**, e-mail: [elienai@tjro.jus.br](mailto:elienai@tjro.jus.br), telefone: (69) 3309-6229; e

**d) Fiscal Administrativo(a) Substituto do Contrato: Eliseu Fernandes Ribeiro**, e-mail: [segeop@tjro.jus.br](mailto:segeop@tjro.jus.br), telefone: (69) 3309-6229.

**15.2.** O(A) Gestor(a) da Ata e do Contrato, o(a) Fiscal Administrativo(a) do Contrato e seus(uas) substitutos(as) poderão ser localizados(as) no Edifício-Sede do Tribunal, no Núcleo de Serviços Administrativos - NUSEA, situado na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

**15.3.** As atribuições e competências de gestores e fiscais encontram-se na Instrução n. 146/2024 do Tribunal.

#### **16. DAS PENALIDADES**

**16.1.** Havendo recusa da empresa vencedora em assinar a ata de registro de preços e/ou o Contrato será aplicada multa de 5% (cinco por cento) sobre o seu respectivo valor total, além de recair-lhe a responsabilidade por eventuais perdas ou prejuízos causados ao Tribunal.

**16.1.1.** O prazo para recolhimento da multa e/ou do ressarcimento por eventuais perdas ou prejuízos será de **até 30 (trinta) dias corridos**, contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento de notificação pela empresa.

**16.2.** O atraso injustificado **para a apresentação dos veículos**, conforme disposição contida nos subitens **12.2.1.1**, **12.2.2.4** e **12.2.2.5** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço correspondente, até a 3ª (terceira) hora corrida, contado a partir da primeira hora imediatamente posterior ao término do prazo. A partir da 4ª (quarta) hora corrida poderá cumprir-se o disposto no subitem **16.9** deste Termo.

**16.3.** A **não substituição do veículo por qualquer motivo**, conforme disposição contida no subitem **12.4.2** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa de 2% (um por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço correspondente, até a 3ª (terceira) hora corrida, contado a partir da primeira hora imediatamente posterior ao término do prazo. A partir da 4ª (quarta) hora corrida poderá cumprir-se o disposto no subitem **16.9** deste Termo.

**16.4.** O atraso injustificado **para a substituição dos veículos**, conforme disposição contida no subitem **12.4.3** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço correspondente, até a 5ª (quinta) hora corrida, contado a partir da primeira hora imediatamente posterior ao término do prazo. A partir da 6ª (sexta) hora corrida poderá cumprir-se o disposto no subitem **16.9** deste Termo.

**16.5.** O atraso injustificado **para disponibilização do serviço de socorro para transporte e deslocamento de veículos com guincho**, nos casos de defeitos e/ou acidentes, de modo a proporcionar atendimento imediato, sem ônus para o Tribunal, conforme subitem **12.4.5** deste Termo de Referência, sujeitará à Contratada a multa de 3% (três por cento) sobre o valor total do Contrato, até a 3ª (terceira) hora corrida, contado a partir da primeira hora imediatamente posterior ao término do prazo. A partir da 4ª (quarta) hora corrida poderá cumprir-se o disposto no subitem **16.9** deste Termo.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

**16.6.** A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução do objeto deste Termo de Referência, nos casos previstos nos arts. 107, 108 e 111 da Lei n. 14.133/2021, deverá, **até o vencimento do respectivo prazo**, apresentar justificativa por escrito e de forma digital ao(à) Gestor(a) do Contrato (*mozart@tjro.jus.br* com cópia para *segeop@tjro.jus.br*), **juntando documentos comprobatórios dos fatos alegados**, ficando a critério do Tribunal a sua aceitação.

**16.7.** Vencido o prazo estipulado, o Tribunal oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data e/ou hora limite para a execução. A partir da data e/ou hora limite considerar-se-á recusa, podendo ser aplicada a sanção de que trata o subitem **16.10** deste Termo de Referência.

**16.8.** A execução do objeto deste Termo de Referência até a data e/ou hora limite de que trata o subitem anterior não isenta a Contratada das respectivas multas previstas nos subitens **16.2**, **16.3**, **16.4** e/ou **16.5** deste Termo.

**16.9.** Pelo descumprimento parcial do compromisso pela Contratada, o Tribunal poderá extinguir o Contrato e/ou aplicar multa de 5% (cinco por cento) sobre o seu respectivo valor total.

**16.10.** Pelo descumprimento total do compromisso pela Contratada, o Tribunal poderá extinguir o Contrato e/ou aplicar multa de 15% (quinze por cento) sobre o seu respectivo valor total.

**16.11.** As multas mencionadas nos subitens anteriores serão cumulativas.

**16.12.** As multas devidas bem como os prejuízos causados ao Tribunal não possuem caráter indenizatório e serão deduzidas dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da lei e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

**16.13.** A Contratada inadimplente, quando não tiver valores a receber do Tribunal, terá o prazo de **até 30 (trinta) dias corridos**, contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento de notificação, para recolhimento da multa ou para o ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

**16.14.** A aplicação de multa e/ou a extinção do Contrato não impede que o Tribunal aplique à empresa as demais sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021 (advertência, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) e serão precedidas de processo administrativo mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

**16.15.** Cautelarmente, o Tribunal poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

## 17. DO FATURAMENTO

**17.1.** A Contratada deverá apresentar a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, acompanhado do **Relatório Mensal dos Serviços Prestados** mencionando as Ordens de Serviços atendidas, a partir do primeiro dia útil após o encerramento do período (mês) da execução do objeto do Contrato.

**17.2.** A Contratada deverá emitir a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU, CNPJ n. 10.466.386/0001-85**. Endereço: Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

**17.2.1.** Nas operações de saída de mercadoria ou de prestação de serviço sujeita à incidência de ICMS, a Contratada deverá consignar, no campo de informações gerais da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, o número da inscrição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ n. 04.801.221/0001-10), em atendimento à Lei Estadual n. 3.490/2014.

## 18. DO PAGAMENTO

**18.1.** O pagamento será efetuado **em 9 (nove) dias úteis**, caso o **valor total do Contrato** seja igual ou inferior àquele constante no art. 75, inciso II, atualizado conforme disposição contida no art. 182 da Lei n. 14.133/2021, e, acima deste valor, **em 30 (trinta) dias corridos** contados a partir da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente do período (mês), juntamente com o **Relatório Mensal dos Serviços Prestados**, conforme Item 17 deste Termo de Referência, desde que o objeto do Contrato tenha sido executado.

**18.1.1.** Nos casos de apresentação de nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em desacordo ao contratado ou com irregularidades, ausência da documentação necessária ao pagamento, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para o pagamento será interrompido, retirando-se a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente do sistema de Ordem Cronológica de Pagamentos, até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não implicando qualquer ônus para o Tribunal. Após a regularização das falhas e omissões, o crédito excluído será reinserido na Ordem



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

Cronológica de Pagamentos, reiniciando-se a contagem do prazo, não podendo este fato ensejar direito de reajuste de preços ou de atualização monetária.

**18.2.** O pagamento será efetuado mediante **crédito** na conta corrente indicada pela Contratada em sua proposta.

**18.3.** Haverá retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente destacar os valores correspondentes com ISSQN e/ou IRRF.

**18.4.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**18.5.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Tribunal, entre a data prevista para o pagamento até a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, serão calculados por meio da aplicação da fórmula: **EM = I x N x VP**, e quitados mediante apresentação de nota fiscal própria ou documento de cobrança equivalente, onde:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso;

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$	$I = (6/100)/365$	$I = 0,00016438$
-------------	-------------------	------------------

Onde **i** = taxa percentual anual no valor de 6%.

## 19. DA SUSTENTABILIDADE

**19.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos nas especificações do objeto, tendo em vista que o Tribunal possui atuação institucional de promover política de responsabilidade social e ambiental, observar-se-á, no que couber:

**a)** os veículos locados deverão utilizar combustíveis renováveis;

**b)** observar os limites máximos de ruídos para veículos automotores nacionais e importados, em aceleração e na condição parado;

**c)** observar o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE que tem o objetivo principal de reduzir os níveis de emissão de poluentes por veículos automotores, visando ao atendimento de padrões de qualidade do ar, especialmente nos centros urbanos;

**d)** observar o Plano de Controle de Poluição Veicular - PCPV, elaborados pelos Estados e pelo Distrito Federal, que poderão indicar a realização de um Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M, para fins de controle da emissão de poluentes e ruído;

**e)** observar a eficiência energética de veículos com etiqueta da categoria mais eficiente; e

**f)** atender as recomendações contidas nos seguintes normativos: Resolução n. 143/2020 - Institui a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia; Resolução n. 400/2021/CNJ - Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e Ato n. 610/2024 - Regulamenta o Plano de Sustentabilidade do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (PS/TJRO), ciclo 2024-2026.

## 20. DA PROTEÇÃO DE DADOS

**20.1.** Em atendimento ao estabelecido na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e na Resolução n. 363/2021 do CNJ, e ainda, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, deverá ser observado:

**a)** em vista da promulgação da LGPD e a quantidade de dados pessoais que serão processados no âmbito deste Termo de Referência, é imperativo que a Contratada cumpra todas as obrigações estabelecidas na legislação, bem como em outras normas pertinentes ao tratamento de dados pessoais, considerando a cadeia de responsabilização prevista no art. 42 da LGPD;

**b)** as regras relativas à proteção de dados estão contidas no **ANEXO II** deste Termo de Referência (Termo de Conformidade à LGPD), para que o Tribunal possa verificar as medidas de conformidade adotadas pela Contratada, levando em conta a responsabilidade do Tribunal perante os operadores de dados pessoais;

**c)** os parâmetros de conformidade à LGPD preenchidos pela Contratada no Termo de Conformidade serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

- c1)** ter indicado Encarregado pelo tratamento de dados pessoais ou, quando considerado Agente de Tratamento de Pequeno Porte - ATPP conforme o Regulamento n. 02/2022 da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, manter canal de comunicação adequado;
- c2)** possuir mapeamento de dados, com o registro das operações de tratamento de dados pessoais ou, se ATPP, manter registro simplificado conforme o modelo disponibilizado pela ANPD;
- c3)** dispor de Política de Privacidade ou outro documento disponível ao público que contenha disposições relacionadas à proteção de dados pessoais no âmbito de sua atuação;
- c4)** implementar medidas administrativas e técnicas de segurança da informação a fim de proteger os dados pessoais contra incidentes;
- d)** a Contratada deverá cumprir satisfatoriamente todos os itens listados acima e no Termo de Conformidade à LGPD; e
- e)** se os requisitos legais mínimos especificados no Termo de Conformidade à LGPD não forem atingidos, as partes estabelecerão um prazo para que a Contratada se adeque durante a execução do Contrato, definindo condições específicas de acordo com o caso em questão.
- 20.2.** A Contratada deverá atuar em conformidade com a legislação vigente sobre a proteção de dados pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria.
- 20.3.** A Contratada deverá observar, em qualquer caso, as melhores práticas em segurança da informação bem como a legislação pertinente, inclusive à aplicação da LGPD no manuseio de informações e dados pessoais.
- 20.4.** As partes se comprometem a cumprir todas as obrigações estipuladas na LGPD e demais legislações aplicáveis no que se refere às diretrizes para o tratamento de dados pessoais relacionados ao objeto deste Termo de Referência, zelando pelos direitos e garantias fundamentais envolvidos, inclusive sobre a confidencialidade das informações.

## 23. DOS ANEXOS

**23.1.** São partes integrantes do presente Termo de Referência:

- a) ANEXO I - DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES;**  
**b) ANEXO II - TERMO DE CONFORMIDADE À LGPD; e**  
**c) ANEXO III - TERMO DE NOMEAÇÃO DE PREPOSTO(A).**

## ANEXO I

### DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

Grupo	Item	Especificações	Unidade de fornecimento	Quantidade para Registro	Valor Unitário do Item (R\$)	Valor Total do Item (R\$)
1	1	<b>Locação de veículo caminhonete tipo pick up 4x4:</b> diesel, máximo 2 (dois) anos de fabricação, motor com no mínimo 190cv de potência, entre eixos mínimo de 3.000 mm; cabine dupla; ar condicionado; direção: hidráulica ou elétrica; vidros e travas elétricas nas 4 portas, alarme; capacidade de carga de no mínimo: 1.010 kg; capota de fibra ou lona marítima; mínimo 5 (cinco) lugares, pelo <b>sistema de locação por diária, sem motorista, sem combustível e quilometragem livre.</b> (incluso com seguro total, assistência 24 horas, com uso de guincho, lavagem, manutenção preventiva e corretiva, documentação atualizada e com disponibilidade imediata)	Diária	400		
	2	<b>Locação de veículo tipo Sedan Médio:</b> 4 portas, motor 1.0 Turbo ou superior, Freios ABS, Ar condicionado, Air bag, Vidros Elétricos e travas	Diária	300		





## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA

## DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

		elétricas nas 4 portas, alarme, máximo 2 (dois) anos de fabricação, mínimo 5 (cinco) lugares, <b>pelo sistema de locação por diária sem motorista, sem combustível e quilometragem livre.</b> (incluso com seguro total, assistência 24horas, com uso de guincho, lavagem, manutenção preventiva e corretiva, licenciamento, seguro obrigatório, IPVA e com disponibilidade imediata)				
	3	<b>Locação de veículo tipo Sedan Executivo Automático:</b> 4 portas, motor 1.8 ou superior, Freios ABS, Ar condicionado, Air bag, Vidros Elétricos e travas elétricas nas 4 portas, alarme, máximo 2 (dois) anos de fabricação, mínimo 5 (cinco) lugares, <b>pelo sistema de locação por diária, sem motorista, sem combustível e quilometragem livre.</b> (incluso com seguro total, assistência 24horas, com uso de guincho, lavagem, manutenção preventiva e corretiva, licenciamento, seguro obrigatório, IPVA e com disponibilidade imediata)	Diária	200		
	4	<b>Locação de veículo, modelo tipo minivan 4 portas:</b> motor 1.4 ou mais, Freios ABS, Ar condicionado, Air bag, Vidros Elétricos e travas elétricas nas 4 portas, alarme, direção Hidráulica ou elétrica, máximo 2 (dois) anos de fabricação, mínimo 6 (seis) lugares, pelo sistema de locação por diária, sem motorista, sem combustível e quilometragem livre. (incluso com seguro total, assistência 24horas, com uso de guincho, lavagem, manutenção preventiva e corretiva, licenciamento, seguro obrigatório, IPVA e com disponibilidade imediata)	Diária	100		
	5	<b>Locação de veículo tipo SUV Automática:</b> 4 portas, motor 1.2 Turbo ou superior, Freios ABS, Ar condicionado, Air bag, Vidros Elétricos e travas elétricas nas 4 portas, alarme, máximo 2 (dois) anos de fabricação, mínimo 5 (cinco) lugares, pelo sistema de locação por diária, sem motorista, sem combustível e quilometragem livre. (incluso com seguro total, assistência 24horas, com uso de guincho, lavagem, manutenção preventiva e corretiva, licenciamento, seguro obrigatório, IPVA e com disponibilidade imediata).	Diária	400		
<b>VALOR TOTAL DO GRUPO (R\$)</b>						
2	6	<b>Locação de veículo tipo SUV Automática:</b> 4 portas, motor 1.2 Turbo ou superior, Freios ABS, Ar condicionado, Air bag, Vidros Elétricos e travas elétricas nas 4 portas, alarme, máximo 2 (dois) anos de fabricação ou 20.000 km, pelo sistema de locação por demanda mensal, sem motorista, mínimo 5 (cinco) lugares, com quilometragem livre. (incluso com seguro total, assistência 24horas, com uso de guincho, lavagem, manutenção preventiva e corretiva, licenciamento, seguro	mensal	24		



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

	obrigatório, IPVA e com disponibilidade imediata)				
7	<b>Locação de veículo caminhonete tipo pick up 4x4:</b> diesel, máximo 2 (dois) anos de fabricação, motor com no mínimo 190cv de potência, entre eixos mínimo de 3.000 mm; cabine dupla; ar condicionado; direção: hidráulica ou elétrica; vidros e travas elétricas nas 4 portas, alarme; capacidade de carga de no mínimo: 1.010 kg; capota de fibra ou lona marítima; pelo sistema de locação por demanda mensal, sem motorista, mínimo 5 (cinco) lugares, com quilometragem livre. (incluso com seguro total, assistência 24horas, com uso de guincho, lavagem, manutenção preventiva e corretiva, licenciamento, seguro obrigatório, IPVA e com disponibilidade imediata)	mensal	24		
VALOR TOTAL DO GRUPO (R\$)					

ANEXO II

TERMO DE CONFORMIDADE À LGPD

A Contratada declara que adota as seguintes medidas técnicas e administrativas, com o objetivo de garantir a proteção dos dados pessoais por ela tratados, na forma da Lei Federal n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD) e demais normas legais ou regulamentares aplicáveis à matéria, conforme descritivo abaixo:

REQUISITOS DE ADEQUAÇÃO			
1	<b>AGENTE DE TRATAMENTO DE PEQUENO PORTE</b> O terceiro se enquadra no conceito de "agente de tratamento de pequeno porte", conforme o art. 2º, inciso I, do Regulamento de Aplicação da Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), para Agentes de Tratamento de Pequeno Porte, aprovado pela Resolução CD/ANPD n. 2/2022.	SIM [ ]	NÃO [ ]
2	<b>ENCARREGADO DE DADOS OU CANAL DE COMUNICAÇÃO</b> O terceiro possui um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais ou, sendo o terceiro enquadrado como Agente de Tratamento de Pequeno Porte, um canal de comunicação para (i) aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências; (ii) receber comunicações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados e adotar providências; (iii) orientar os colaboradores e os seus contratados a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e (iv) executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares (art. 41 da Lei Federal n. 13.709/2018).	SIM [ ]	NÃO [ ]
2.1	<b>DADOS DO ENCARREGADO OU CANAL DE COMUNICAÇÃO</b> Nome/Razão Social: E-mail: Telefone:	SIM [ ]	NÃO [ ]
3	<b>INVENTÁRIO DE DADOS</b> O terceiro mantém o registro das operações de tratamento de dados pessoais que realiza, especialmente quando baseado no legítimo interesse, alinhado a padrões técnicos reconhecidos nacional e internacionalmente.	SIM [ ]	NÃO [ ]
4	<b>POLÍTICA DE PRIVACIDADE</b> O terceiro dispõe de Política de Privacidade, que aborda as finalidades, bases legais, formas de coleta e segurança dos dados pessoais, os direitos dos titulares, a forma de exercício destes, e demais disposições relacionadas à proteção de dados pessoais.	SIM [ ]	NÃO [ ]



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

5	<b>SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO</b> O terceiro adota medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, alinhado a padrões técnicos reconhecidos nacional e internacionalmente.	<b>SIM</b> [ ]	<b>NÃO</b> [ ]
6	<b>DEMAIS MEDIDAS DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS</b> (Caso possua outras medidas implementadas, listar abaixo)		

Caso tenha assinalado "SIM" para quaisquer dos itens listados acima, a Contratada deverá anexar os documentos comprobatórios e que respaldam as respostas fornecidas ao presente Termo de Conformidade.

### ANEXO III

#### TERMO DE NOMEAÇÃO DE PREPOSTO(A)

Contrato n. \_\_\_\_\_

Objeto: \_\_\_\_\_

Por meio deste instrumento, a empresa \_\_\_\_\_, indica o(a) Senhor(a) \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade n. \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_\_, inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) sob o n. \_\_\_\_\_, telefone: \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_ e endereço: \_\_\_\_\_ como Preposto(a) para exercer a representação legal com poderes para: assinar a CTPS dos(as) seus(uas) empregados(as), receber ofícios, documentos físicos ou eletrônicos, representar a Contratada em reuniões e assinar respectivas atas (obrigando à mesma nos termos nela constantes) receber solicitações e orientações para o cumprimento do Contrato, notificações de descumprimento, de aplicação de penalidades, de extinção, de convocação ou tomada de providências para ajustes e aditivos contratuais, e todas as demais que imponham ou não abertura de processo administrativo ou prazo para a Contratada responder ou tomar providências, e para representá-la em todos os demais atos que se relacionem à finalidade específica desta nomeação, que é a condução do Contrato acima identificado.

Porto Velho/RO, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(nome da Empresa)

(nome do representante legal – confirmar poderes)

(qualidade do representante legal: sócio-gerente, diretor, procurador)

Documento assinado eletronicamente por **MOZART HO-TONG NOBRE, Chefe de Seção**, em 13/03/2025, às 07:43 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **ELIENAI CARVALHO MONTEIRO, Técnico (a) Judiciário (a)**, em 13/03/2025, às 13:16 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>, informando o código verificador **4559038** e o código CRC **8CA83692**.



## ANEXO V

### MINUTA DO CONTRATO

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA E \_\_\_\_\_.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, CNPJ n. 04.293.700/0001-72, sediado na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, representado neste ato pelo Juiz Secretário Geral **RINALDO FORTI SILVA**, com recursos da Unidade Orçamentária n. 03.011 - Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU (CNPJ n. 10.466.386/0001-85), e, por outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n. \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, n. \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, representada neste ato por \_\_\_\_\_, celebram o presente Contrato na melhor forma de direito, em conformidade com a Lei Federal n. 14.133/2021, com a Lei Complementar n. 123/2006, e com observância da Lei Estadual n. 2.414/2011, decorrente de procedimento licitatório conforme o Edital de Pregão Eletrônico n. **021/2025**, tipo menor preço, doravante denominado simplesmente EDITAL, autorizado pelo **Processo Administrativo n. 0021130-79.2024.8.22.8000**, o fazendo mediante as Cláusulas e condições a seguir:

#### DO OBJETO - CLÁUSULA PRIMEIRA

- 1.1. Prestação de serviços continuados de locação de veículos por demanda diária e mensal permanente, com seguro total, manutenções, lavagem, sem combustível, sem motorista e quilometragem livre, para atender CONTRATANTE, conforme as disposições do EDITAL e seus Anexos.
- 1.2. Integram este Contrato o EDITAL e seus Anexos, a Proposta da CONTRATADA e a Nota de Empenho \_\_\_\_\_, constantes no referido Processo Administrativo.

#### DA EXECUÇÃO - CLÁUSULA SEGUNDA

##### 2.1. Do Início da Execução dos Serviços e das Solicitações

- 2.1.1. A execução dos serviços será iniciada a partir do primeiro dia útil após a data da última assinatura deste Contrato pelas partes.
- 2.1.2. A CONTRATADA deverá indicar **no prazo de 2 (dois) dias úteis** após a data da última assinatura deste Contrato pelas partes a central de atendimento telefônico e e-mail para assistência **24 (vinte e quatro) horas**, a fim de suprir as demandas da contratante para agendamento de serviços e suporte técnico relativo aos veículos locados, bem como manter tais meios de contato sempre atualizados perante a contratante.
- 2.1.2.1. As solicitações dos veículos serão realizadas por Ordens de Serviços encaminhadas à CONTRATADA por e-mail e/ou por meio de aplicativo de mensagens instantâneas (WhatsApp) indicado pela CONTRATADA.
- 2.1.3. A CONTRATADA disponibilizará os veículos descritos no **ANEXO I** do Termo de Referência n. 2/2025.
- 2.1.4. Os serviços poderão ser realizados em dias não úteis e em qualquer horário, conforme demanda do CONTRATANTE.
- 2.1.5. Os serviços de locações de veículos serão utilizados tanto no deslocamentos em Porto Velho e seus distritos, como em deslocamento intermunicipais e interestaduais.

##### 2.2. Dos Prazos e das Condições de Execução dos Serviços

###### 2.2.1. Veículos mensal (permanente)

- 2.2.1.1. O prazo para a entrega do veículo será de até **5 (cinco) dias úteis**, a contar da Ordem de Serviço tratada no subitem 2.1.2.1, podendo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação devidamente justificada antes do término do prazo.
- 2.2.1.2. Os veículos locados, em caráter permanente serão conduzidos por servidores do CONTRATANTE, comprovadamente habilitados.
- 2.2.1.3. Todos os veículos locados em caráter permanente deverão ser propriedade da CONTRATADA, não se admitindo a subcontratação desses veículos.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330

Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

**2.2.1.4.** Os veículos locados em caráter permanente devem atender as seguintes especificações e condições mínimas:

**a)** Os veículos deverão ter no máximo 20.000 km na retirada pelo CONTRATANTE, e deverão ser substituídos pela CONTRATADA, após 12 (doze) meses de uso ou quilometragem máxima de 120.000 km (cento e vinte mil quilômetros);

**b)** Quando a quilometragem atingir 40.000 km, obrigatoriamente a CONTRATADA deverá trocar os pneus;

**c)** Providenciar a substituição em decorrência de desgaste, alinhamento e balanceamento das rodas, sem custos adicionais ao CONTRATANTE; e

**d)** Os veículos deverão possuir seguro total, conforme subitem 2.6 e seus subitens.

**2.2.2. Veículos por demanda (diária)**

**2.2.2.1.** O CONTRATANTE solicitará os veículos, informando a quantidade, as datas e local de entrega e devolução (esta poderá ser antecipada ou estendida) e a relação dos servidores designados pelo CONTRATANTE para conduzi-los.

**2.2.2.2.** A CONTRATADA deverá disponibilizar veículos similares ou superiores, sem alteração do valor da diária, quando a quantidade de veículos solicitada pelo CONTRATANTE for superior à disponibilidade da CONTRATADA, ficando a critério do(a) Gestor(a) e/ou Fiscal deste Contrato sua aceitação.

**2.2.2.3.** Em virtude de demandas atípicas poderá ser solicitado itinerário com embarque e desembarque em outros locais que não tenha relação direta com a instituição, conforme as demandas específicas.

**2.2.2.4.** A CONTRATADA terá o prazo para apresentação do(s) veículo(s) solicitado(s), contado a partir do recebimento da solicitação, conforme detalhado a seguir, exceto quando se tratar de urgência.

Quantidade de veículos	Prazo de Atendimento
1 a 3	24 horas
4 a 6	48 horas
Acima de 6	72 horas

**2.2.2.5.** A solicitação em caráter de urgência deverá ser atendida no prazo de **até 4 (quatro) horas**, a partir da solicitação, a qual será enviada com a devida justificativa pelo CONTRATANTE.

**2.2.2.6.** O CONTRATANTE rejeitará o serviço e o fornecimento dos veículos em desacordo com as especificações definidas no **ANEXO I** do Termo de Referência n. 2/2025.

**2.2.2.7.** Somente o(a) Gestor(a) e/ou Fiscal deste Contrato têm competência para informar/solicitar o deslocamento ou mudança de itinerário.

**2.2.2.8.** Em caso de cancelamento da solicitação, **até 24 (vinte e quatro) horas** antes da retirada/entrega do veículo, fica a CONTRATADA vedada da realização de cobrança.

**2.2.2.9.** Em caso de cancelamento da solicitação, fora do prazo limite estabelecido no subitem acima, a CONTRATADA poderá cobrar no máximo 1/6 do valor da diária, por hora de utilização do veículo, até o limite de 01 (uma) diária.

**2.2.2.10.** Adotar, se houver atraso na devolução do veículo, tolerância de **2 (duas) horas**, após a CONTRATADA poderá cobrar horas extras no máximo 1/10 do valor da diária a cada hora ou fração excedente, até o limite de uma nova diária.

**2.2.2.11.** No valor das locações, estará incluso o valor do seguro total, manutenções, lavagem e limpeza interna na devolução do veículo e não inclusão de motorista, combustível e quilometragem.

**2.3. Das condições de recebimento**

**2.3.1.** Disponibilizar para locação os seus veículos com seguro, livre de tributos, encargos e taxas, livre de lucros cessantes, livre de pequenas avarias (riscos, vidros laterais e traseiro e para-brisa...).

**2.3.2.** Manter as características originais dos veículos, não sendo permitido o uso de qualquer letreiro, marca ou logotipo que identifique a CONTRATADA.

**2.3.3.** Entregar os veículos em perfeito estado de conservação e manutenção, abastecidos (tanque cheio) e limpos, interna e externamente, e com a documentação exigida em dia; considerando-se, inclusive, a normatização existente para o ramo de locação de veículos, com todos os equipamentos obrigatórios conforme legislação vigente e em perfeito estado.

**2.3.4.** Apresentar, na data da entrega dos veículos, o relatório de vistoria (*Checklist*) para conferência e recebimento do objeto.

**2.4. Da manutenção e da substituição dos veículos**

**2.4.1.** A manutenção dos veículos será por conta da CONTRATADA. Todos os veículos locados deverão estar em excelente estado de conservação, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de efetuar vistoria nos veículos antes de cada disponibilização.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

**2.4.1.1.** Entende-se como manutenção preventiva aquela realizada obrigatória e periodicamente de acordo com os planos de manutenção do veículo, constantes no manual do fabricante, e como manutenção corretiva aquela destinada ao reparo dos defeitos que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas.

**2.4.1.2.** A manutenção corretiva deverá ocorrer sempre que necessário para a substituição de um componente do veículo desgastado, defeito, quebra ou sinistro e correrá por conta da CONTRATADA.

**2.4.2.** A CONTRATADA deve solicitar os veículos locados para revisão e/ou manutenção preventiva sem nenhum custo e com comunicação prévia por escrito ao Gestor e/ou Fiscal deste Contrato, sendo que, para essa finalidade, a substituição do veículo deverá ser imediata e obrigatoriamente nas mesmas características e condições do veículo substituído.

**2.4.3.** No caso de problemas mecânicos, acidentes ou outras indisponibilidades a CONTRATADA deverá substituir o veículo locado por outro com as mesmas especificações ou superior, no prazo máximo de **03 (três) horas**, a contar da comunicação por parte do CONTRATANTE, caso o mesmo esteja dentro dos limites do município de Porto Velho/RO, ou, quando fora dos limites municipais, disponibilizar serviço de guincho no mesmo prazo para recolha do veículo e análise de problema, sendo que o prazo poderá ser estendido a pedido da CONTRATADA desde que haja autorização do CONTRATANTE.

**2.4.5.** A CONTRATADA deverá disponibilizar **24 (vinte e quatro) horas por dia**, inclusive sábados, domingos e feriados, serviço de socorro para transporte e deslocamento de veículos com guincho, nos casos de defeitos e/ou acidentes, de modo a proporcionar atendimento imediato, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

## **2.5. Das infrações de trânsito**

**2.5.1.** Em caso de multas por infrações de trânsito, cometidas por condutor do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá encaminhar a Notificação de Autuação e/ou DARE, no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** após o seu recebimento, visando resguardar o direito de defesa prévia do condutor, nos termos do art. 282, § 4º, da Lei n. 9.503/1997 - Código de Trânsito Brasileiro.

**2.5.1.2.** Nos casos em que o CONTRATANTE não for notificado dentro do prazo do **item 2.5.1**, a CONTRATADA se responsabilizará integralmente pelo pagamento da importância referente a multa, taxa e/ou despesa, inclusive com o guincho e estadia, decorrente de infração.

**2.5.2.** Caso haja multa "Não Identificação do Condutor (NIC)", descrita no Art. 257, § 8º do CTB por descumprimento do prazo pela CONTRATADA, esta se responsabilizará pelo pagamento, sem nenhum ressarcimento por este CONTRATANTE.

## **2.6. Dos danos aos veículos e Seguro Obrigatório**

**2.6.1.** A CONTRATADA manterá seguro para acidentes com perda total, roubo, furto, incêndio, danos aos vidros, retrovisores, lanternas e faróis e contra terceiros, com cobertura para danos pessoais e materiais, sem franquia para o CONTRATANTE, durante o prazo de vigência da contratação, devendo comprovar essa condição a qualquer tempo, caso requerido pelo CONTRATANTE.

**2.6.2.** Os limites mínimos de cobertura do seguro são:

- a)** Acidentes pessoais por passageiros/Morte ou Invalidez: R\$ 30.000,00;
- b)** Danos materiais a terceiros: R\$ 100.000,00; e
- c)** Danos corporais a terceiros: R\$ 100.000,00.

**2.6.3.** O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos provenientes da circulação do bem segurado, as despesas indispensáveis ao seu salvamento e transporte até a oficina autorizada pelo fabricante do mesmo, e as indenizações ou prestações de serviços oferecidos pelas seguradoras correspondentes a cada uma das coberturas de seguro.

**2.6.4.** Ao CONTRATANTE, não caberá qualquer ônus pela rejeição de serviço ou fornecimento considerado inadequado.

**2.6.5.** A falta de veículo para locação não desobriga a CONTRATADA de atender ao pedido, mesmo que para isto forneça um veículo de melhor qualidade (upgrade), mantendo o preço contratado para a categoria de veículo solicitada inicialmente e/ou sublocação garantindo todas as exigências mínimas deste Contrato.

## **2.7. Do(a) Preposto(a)**

**2.7.1.** A CONTRATADA deverá indicar Preposto(a) para representá-la no local de execução dos serviços que deverá estar acessível para imediato contato durante todo o período de prestação dos serviços, e deverá ter noções básicas de informática para facilitar a comunicação eletrônica com o CONTRATANTE, e será nomeado por escrito, no prazo de **até 2 (dois) dias úteis** contado após a data da última assinatura deste Contrato pelas partes, conforme modelo do **ANEXO III** do Termo de Referência n. 2/2025.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO**  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

**2.7.2.** O CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do(a) Preposto(a) da CONTRATADA, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

**2.7.3.** O(A) Preposto(a) deverá reportar-se ao(à) Gestor(a) ou ao(à) Fiscal deste Contrato para que tome as providências pertinentes (contratuais) à execução dos serviços.

### **DO REGIME DE EXECUÇÃO - CLÁUSULA TERCEIRA**

**3.1.** O objeto deste Contrato será realizado por execução indireta, sob o Regime de Empreitada por Preço Unitário, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei n. 14.133/2021.

### **DA VIGÊNCIA - CLÁUSULA QUARTA**

**4.1.** A vigência deste Contrato será de **1 (um) ano** contado da data de sua última assinatura pelas partes, podendo ser prorrogado nos exercícios subsequentes até o limite de 10 (dez) anos, de acordo com o art. 107 da Lei n. 14.133/2021.

### **DO VALOR E DO REAJUSTE - CLÁUSULA QUINTA**

**5.1.** O valor total estimado deste Contrato é de R\$ \_\_\_\_\_.

**5.2.** A periodicidade para eventual reajuste de preços deste Contrato será anual, contando-se a partir da data do orçamento estimado, ou do último reajuste, adotando-se como parâmetro o **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, calculado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ocorrido nos últimos doze meses, e ainda, os preços praticados no mercado e a negociação entre as partes.

### **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CLÁUSULA SEXTA**

**6.1.** A despesa decorrente deste Contrato será coberta por recursos específicos consignados no orçamento do Poder Judiciário do Estado de Rondônia.

### **DO FATURAMENTO - CLÁUSULA SÉTIMA**

**7.1.** A CONTRATADA deverá apresentar a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, acompanhado do **Relatório Mensal dos Serviços Prestados** mencionando as Ordens de Serviços atendidas, a partir do primeiro dia útil após o encerramento do período (mês) da execução do objeto deste Contrato.

**7.2.** A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em nome do **Fundo de Informatização, Edificação e Aperfeiçoamento dos Serviços Judiciários - FUJU, CNPJ n. 10.466.386/0001-85**. Endereço: Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

**7.2.1.** Nas operações de saída de mercadoria ou de prestação de serviço sujeita à incidência de ICMS, a CONTRATADA deverá consignar, no campo de informações gerais da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, o número da inscrição do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ n. 04.801.221/0001-10), em atendimento à Lei Estadual n. 3.490/2014.

### **DO PAGAMENTO - CLÁUSULA OITAVA**

**8.1.** O pagamento será efetuado **em 9 (nove) dias úteis**, caso o **valor total deste Contrato** seja igual ou inferior àquele constante no art. 75, inciso II, atualizado conforme disposição contida no art. 182 da Lei n. 14.133/2021, e, acima deste valor, **em 30 (trinta) dias corridos** contados a partir da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente do período (mês), juntamente com o **Relatório Mensal dos Serviços Prestados**, conforme Cláusula Sétima deste Contrato, desde que o objeto tenha sido executado.

**8.1.1.** Nos casos de apresentação de nota fiscal ou documento de cobrança equivalente em desacordo ao contratado ou com irregularidades, ausência da documentação necessária ao pagamento, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para o pagamento será interrompido, retirando-se a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente do sistema de Ordem Cronológica de Pagamentos, até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não implicando qualquer ônus para o CONTRATANTE. Após a regularização das falhas e omissões, o crédito excluído será reinserido na Ordem Cronológica de Pagamentos, reiniciando-se a contagem do prazo, não podendo este fato ensejar direito de reajuste de preços ou de atualização monetária.



**8.2.** O pagamento será efetuado mediante **crédito** na conta corrente indicada pela CONTRATADA em sua proposta.

**8.3.** Haverá retenção de tributos na forma da legislação em vigor, devendo a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente destacar os valores correspondentes com ISSQN e/ou IRRF.

**8.4.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**8.5.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data prevista para o pagamento até a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, serão calculados por meio da aplicação da fórmula: **EM = I x N x VP**, e quitados mediante apresentação de nota fiscal própria ou documento de cobrança equivalente, onde:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso;

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$	$I = (6/100)/365$	$I = 0,00016438$
-------------	-------------------	------------------

Onde **i** = taxa percentual anual no valor de 6% (seis por cento).

#### **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE - CLÁUSULA NONA**

**9.1.** Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento na forma prevista neste Contrato.

**9.2.** Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir com o objeto deste Contrato.

**9.3.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados.

**9.4.** Responsabilizar-se pela guarda diária dos veículos locados.

#### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - CLÁUSULA DÉCIMA**

**12.1.** Executar o objeto deste Contrato, nos termos propostos, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das obrigações pactuadas, utilizando produtos de primeira qualidade, sob pena de responsabilidade pelo seu descumprimento.

**12.2.** Responder pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE, conforme art. 120 da Lei n. 14.133/2021.

**12.3.** Manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, de acordo com o art. 92, inciso XVI, da Lei n. 14.133/2021.

**12.4.** Prestar esclarecimentos, sempre que necessário, sobre a execução objeto deste Contrato, fornecendo toda e qualquer orientação que possa ser dada para acompanhamento e apreciação dos serviços.

**12.5.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo(a) Gestor e/ou Fiscal deste Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido por parte do CONTRATANTE, conforme art. 119 da Lei n. 14.133/2021.

**12.6.** Assumir inteira e total responsabilidade pela prestação dos serviços contratados, garantindo sua qualidade, respondendo, na forma da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução deste Contrato.

**12.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalente das categorias abrangidas pelo Contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

**12.8.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento deste Contrato.

**12.9.** Disponibilizar veículos com seguro, conforme subitem 2.6 e seus subitens constantes deste Contrato.

**12.10.** Executar os serviços conforme especificações deste Contrato necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

**12.11.** Responsabilizar-se pelas obrigações, vícios e danos decorrentes do objeto deste Contrato de acordo com a Lei n. 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor, no que lhe couber.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - www.tjro.jus.br - licitacoes@tjro.jus.br

**12.12.** Coibir atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a sexo, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual.

**12.13.** Designar preposto(a) conforme subitem 2.7 deste Contrato, com plena disponibilidade para ofertar pronto atendimento ao(à) Gestor(a) e ao(à) Fiscal deste Contrato, poderes de representação suficientes para receber notificações, inclusive, relativas a infrações contratuais, prestar soluções a quaisquer assuntos relacionados à execução deste Contrato.

**12.14.** Disponibilizar ao setor competente, telefones, e-mail, entre outros meios de contato para atender as Ordens de Serviço, bem como contato para atendimentos de emergência, com atendimento 24h.

#### DA SUBCONTRATAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

**11.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto deste Contrato.

#### DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

**12.1.** Conforme art. 117 da Lei n. 14.133/2021 e Instrução n. 146/2024 do CONTRATANTE, este Contrato será acompanhado e fiscalizado pelos(as) seguintes servidores(as):

**a) Gestor(a): Mozart Ho Tong Nobre**, e-mail: *mozart@tjro.jus.br* ou *segeop@tjro.jus.br*, telefone (69) 3309-6229;

**b) Gestor(a) Substituto(a): Samantha das Neves Lebre**, e-mail: *samanthalebre@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309-6227;

**c) Fiscal Administrativo(a): Elienai Carvalho Monteiro**, e-mail: *elienai@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309-6229; e

**d) Fiscal Administrativo(a) Substituto(a): Eliseu Fernandes Ribeiro**, e-mail: *segeop@tjro.jus.br*, telefone: (69) 3309-6229.

**12.2.** O(A) Gestor(a) e o(a) Fiscal Administrativo(a) deste Contrato e seus(uas) substitutos(as) poderão ser localizados(as) no Edifício-Sede do CONTRATANTE, no Núcleo de Serviços Administrativos - NUSEA/TJRO, situado na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76801-330.

**12.3.** As atribuições e competências de gestores e fiscais encontram-se na Instrução n. 146/2024 do CONTRATANTE.

#### DAS PENALIDADES - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

**13.1.** Sem prejuízo das penalidades editalícias, contratuais e das demais cominações legais, poderá ser aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de Rondônia, pelo prazo de **até 3 (três) anos**, observadas as disposições do art. 156 da Lei n. 14.133/2021, se a CONTRATADA:

**a)** dar causa à inexecução parcial deste Contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**b)** dar causa à inexecução total deste Contrato; e

**c)** ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato sem motivo justificado.

**13.2.** O atraso injustificado **para a apresentação dos veículos**, conforme disposição contida nos subitens 2.2.1.1, 2.2.2.4 e 2.2.2.5 deste Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço correspondente, até a 3ª (terceira) hora corrida, contado a partir da primeira hora imediatamente posterior ao término do prazo. A partir da 4ª (quarta) hora corrida poderá cumprir-se o disposto no subitem 13.9 deste Contrato.

**13.3.** A **não substituição do veículo por qualquer motivo**, conforme disposição contida no subitem 2.4.2 deste Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa de 2% (um por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço correspondente, até a 3ª (terceira) hora corrida, contado a partir da primeira hora imediatamente posterior ao término do prazo. A partir da 4ª (quarta) hora corrida poderá cumprir-se o disposto no subitem 13.9 deste Contrato.

**13.4.** O atraso injustificado **para a substituição dos veículos**, conforme disposição contida no subitem 2.4.3 deste Contrato, sujeitará à CONTRATADA a multa de 1% (um por cento) sobre o valor total da Ordem de Serviço correspondente, até a 5ª (quinta) hora corrida, contado a partir da primeira hora imediatamente posterior ao término do prazo. A partir da 6ª (sexta) hora corrida poderá cumprir-se o disposto no subitem 13.9 deste Contrato.

**13.5.** O atraso injustificado **para disponibilização do serviço de socorro para transporte e deslocamento de veículos com guincho**, nos casos de defeitos e/ou acidentes, de modo a proporcionar atendimento imediato, sem ônus para o CONTRATANTE, conforme subitem 2.4.5 deste Contrato, sujeitará à





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO**  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) - [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br)

CONTRATADA a multa de 3% (três por cento) sobre o valor total deste Contrato, até a 3ª (terceira) hora corrida, contado a partir da primeira hora imediatamente posterior ao término do prazo. A partir da 4ª (quarta) hora corrida poderá cumprir-se o disposto no subitem 13.9 deste Contrato.

**13.6.** A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para a execução do objeto deste Contrato, nos casos previstos nos arts. 107, 108 e 111 da Lei n. 14.133/2021, deverá, **até o vencimento do respectivo prazo**, apresentar justificativa por escrito e de forma digital ao(à) Gestor(a) deste Contrato ([mozart@tjro.jus.br](mailto:mozart@tjro.jus.br) com cópia para [segeop@tjro.jus.br](mailto:segeop@tjro.jus.br)), **juntando documentos comprobatórios dos fatos alegados**, ficando a critério do CONTRATANTE a sua aceitação.

**13.7.** Vencido o prazo estipulado, o CONTRATANTE oficialará à CONTRATADA, comunicando-lhe a data e/ou hora limite para a execução. A partir da data e/ou hora limite considerar-se-á recusa, podendo ser aplicada a sanção de que trata o subitem 16.10 deste Contrato.

**13.8.** A execução do objeto deste Contrato até a data e/ou hora limite de que trata o subitem anterior não isenta a CONTRATADA das respectivas multas previstas nos subitens 13.2, 13.3, 13.4 e/ou 13.5 deste Contrato.

**13.9.** Pelo descumprimento parcial do compromisso pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá extinguir este Contrato e/ou aplicar multa de 5% (cinco por cento) sobre o seu respectivo valor total.

**13.10.** Pelo descumprimento total do compromisso pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá extinguir este Contrato e/ou aplicar multa de 15% (quinze por cento) sobre o seu respectivo valor total.

**13.11.** As multas mencionadas nos subitens anteriores serão cumulativas.

**13.12.** As multas devidas bem como os prejuízos causados ao CONTRATANTE não possuem caráter indenizatório e serão deduzidas dos valores a serem pagos ou recolhidos na forma da lei e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

**13.13.** A CONTRATADA inadimplente, quando não tiver valores a receber do CONTRATANTE, terá o prazo de **até 30 (trinta) dias corridos**, contado a partir do primeiro dia útil após o recebimento de notificação, para recolhimento da multa ou para o ressarcimento de danos ou prejuízos a ele causados.

**13.14.** A aplicação de multa e/ou a extinção deste Contrato não impede que o CONTRATANTE aplique à CONTRATADA as demais sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021 (advertência, impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) e serão precedidas de processo administrativo mediante o qual se garantirá a ampla defesa e o contraditório.

**13.15.** Cautelarmente, o CONTRATANTE poderá efetuar a retenção do valor presumido da multa, antes da instauração do regular procedimento administrativo.

#### **DA FORÇA MAIOR E DO CASO FORTUITO - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**

**14.1.** Ocorrendo fato novo decorrente de força maior ou de caso fortuito, nos termos da legislação vigente, que obste o cumprimento dos prazos e demais obrigações estatuídas neste Contrato, ficará a CONTRATADA isenta das multas e penalidades pertinentes.

#### **DA INEXECUÇÃO E DA EXTINÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA**

**15.1.** Observadas as demais disposições constantes no Capítulo VIII, Título III, da Lei n. 14.133/2021, a **extinção** deste Contrato:

**a)** poderá ser declarada unilateralmente pelo CONTRATANTE, se a CONTRATADA inexecutar obrigação contratual (total ou parcialmente), ou se houver a incidência de algum dos casos previstos no art. 137, incisos I a IX, da Lei n. 14.133/2021, conforme disposto no art. 138 da referida Lei;

**b)** poderá ser declarada unilateralmente pelo CONTRATANTE se durante a vigência deste Contrato sobrevier em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, bem como atue na fiscalização ou na gestão deste Contrato, conforme Resolução n. 7/2005 do CNJ e art. 14, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021; e

**c)** poderá ocorrer consensualmente ou por via judicial, conforme disposto no art. 138, incisos II e III, da referida Lei.

**15.2.** Se a extinção for unilateral ou consensual, deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente. E, em qualquer caso de extinção, constará nos autos a respectiva e formal motivação, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

#### **DA ALTERAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA**





**16.1.** O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme art. 124 da Lei n. 14.133/2021.

#### **DA SUSTENTABILIDADE - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA**

**17.1.** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos nas especificações do objeto, tendo em vista que o CONTRATANTE atuação institucional de promover política de responsabilidade social e ambiental, observar-se-á, no que couber:

- a)** os veículos locados deverão utilizar combustíveis renováveis;
- b)** observar os limites máximos de ruídos para veículos automotores nacionais e importados, em aceleração e na condição parado;
- c)** observar o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - PROCONVE que tem o objetivo principal de reduzir os níveis de emissão de poluentes por veículos automotores, visando ao atendimento de padrões de qualidade do ar, especialmente nos centros urbanos;
- d)** observar o Plano de Controle de Poluição Veicular - PCPV, elaborados pelos Estados e pelo Distrito Federal, que poderão indicar a realização de um Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M, para fins de controle da emissão de poluentes e ruído;
- e)** observar a eficiência energética de veículos com etiqueta da categoria mais eficiente; e
- f)** atender as recomendações contidas nos seguintes normativos: Resolução n. 143/2020 - Institui a Política de Sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Rondônia; Resolução n. 400/2021/CNJ - Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário e Ato n. 610/2024 - Regulamenta o Plano de Sustentabilidade do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia (PS/TJRO), ciclo 2024-2026.

#### **DA PROTEÇÃO DE DADOS - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA**

**18.1.** Em atendimento ao estabelecido na Lei n. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD e na Resolução n. 363/2021 do CNJ, e ainda, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade, bem como o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, deverá ser observado:

- a)** em vista da promulgação da LGPD e a quantidade de dados pessoais que serão processados no âmbito deste Contrato, é imperativo que a CONTRATADA cumpra todas as obrigações estabelecidas na legislação, bem como em outras normas pertinentes ao tratamento de dados pessoais, considerando a cadeia de responsabilização prevista no art. 42 da LGPD; e
- b)** as regras relativas à proteção de dados estão contidas no **ANEXO II** do Termo de Referência n. 2/2025 (Termo de Conformidade à LGPD), para que o CONTRATANTE possa verificar as medidas de conformidade adotadas pela CONTRATADA, levando em conta a responsabilidade do CONTRATANTE perante os operadores de dados pessoais;

**18.2.** A CONTRATADA deverá atuar em conformidade com a legislação vigente sobre a proteção de dados pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria.

**18.3.** A CONTRATADA deverá observar, em qualquer caso, as melhores práticas em segurança da informação bem como a legislação pertinente, inclusive à aplicação da LGPD no manuseio de informações e dados pessoais.

**18.4.** As partes se comprometem a cumprir todas as obrigações estipuladas na LGPD e demais legislações aplicáveis no que se refere às diretrizes para o tratamento de dados pessoais relacionados ao objeto deste Contrato, zelando pelos direitos e garantias fundamentais envolvidos, inclusive sobre a confidencialidade das informações.

#### **DA PUBLICAÇÃO - CLÁUSULA DÉCIMA NONA**

**19.1.** O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário da Justiça Eletrônico - DJE e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP em **até 20 (vinte) dias úteis** contados da data de sua última assinatura pelas partes como condição de sua eficácia, nos termos do art. 94 da Lei n. 14.133/2021.

#### **DOS CASOS OMISSOS - CLÁUSULA VIGÉSIMA**

**20.1.** Os casos omissos serão resolvidos pelas partes em comum acordo, por meio de termo aditivo, em conformidade com a Lei n. 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n. 8.078/1990 e nas normas e princípios gerais dos contratos.

#### **DA RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA E DO FORO - CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO  
Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) - [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br)

**21.1.** Serão adotados métodos de resolução consensual das controvérsias administrativas e litígios decorrentes deste Contrato, conforme Recomendação n. 140/2023 do CNJ.

**21.2.** As partes elegem o Foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste Contrato, quando não solucionadas consensualmente, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, através do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE, para que produza os devidos efeitos legais.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA**

**Rinaldo Forti Silva**

Juiz Secretário Geral

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

Documento assinado eletronicamente por **INGRID GRACE SILVESTRE ALENCAR ARAUJO**, Assessor **(a) Jurídico (a)**, em 14/03/2025, às 06:52 (horário de Rondônia), conforme § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

A autenticidade do documento pode ser conferida no Portal SEI <https://www.tjro.jus.br/sistema-eletronico-de-informacoes-sei>, informando o código verificador **4676094** e o código CRC **4E12285C**.

**Referência:** Processo nº 0021130-79.2024.8.22.8000

SEI nº 4676094/versão18



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**DEPARTAMENTO DE AQUISIÇÕES E GESTÃO DE PATRIMÔNIO**

Rua José Camacho n. 585, Sala 205, 2º andar, bairro Olaria - Porto Velho/RO - CEP 76801-330  
Fone: (69) 3309-6652 - [www.tjro.jus.br](http://www.tjro.jus.br) - [licitacoes@tjro.jus.br](mailto:licitacoes@tjro.jus.br)

---